

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE MARÇO DE DOIS MIL E CATORZE.** -----

----- **ATA NÚMERO DEZANOVE**-----

----- Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e catorze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves da Silva de Almeida Saavedra, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, António Manuel de Freitas Arruda, António Modesto Fernandes Navarro, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Deolinda Carvalho Machado, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Mariana Rodrigues Mortágua, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Victor

Manuel Dias Pereira Gonçalves, Isabel Cristina Rua Pires, João Ricardo Ponte Sousa Vasconcelos, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Nelson Pinto Antunes, Patrícia de Oliveira Caetano Barata, Rui Manuel Moreira Vidal Simões, Margarida Morais, José Vitor dos Reis, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Patrícia Isabel de Oliveira Brito Leitão, Paulo Jorge Gonçalves Andrade e Paulo Manuel Bernardes Moreira. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- André Nunes de Almeida Couto e Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia. ---

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 77º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ricardo Saldanha (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Cândida Cavaleiro Madeira. -----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Antunes. -----

----- Tiago Albuquerque (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia Barata. -----

----- Miguel Tiago (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Vitor Reis.-----

----- Ana Drago (BE), no período compreendido entre 23 de janeiro de 2014 e 23 de abril de 2014, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Isabel Pires. -----

----- José Manuel Marques Casimiro (BE), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Vasconcelos.-----

----- Fernando Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Rui Vidal Simões.-----

-----Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Davide Amado (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, por Ana Margarida de Morais. -----

----- Miguel Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por Francisco Vasconcelos Maia. -----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por Paulo Moreira. -----

----- Fernando Manuel Bramcamp (PSD), Presidente da Junta de Freguesia do Areeiro, por Patrícia Leitão.-----

----- José Moreno (PNPN), Presidente da Junta de Freguesia do Parque das Nações, por Paulo Gonçalves Andrade.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores: Fernando Medina, Catarina Vaz Pinto, Duarte Cordeiro, Paula Marques, Manuel Salgado, Jorge Máximo, Graça Fonseca, Carlos Castro, José Sá Fernandes e Rui Franco -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Fernando Seara, João Gonçalves, João Bernardino e Carlos Moura. -----

----- Às quinze horas e vinte e cinco minutos, constatada a existência de quórum, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião.-----

----- Seguidamente, esclareceu que se tratava de uma sessão formal da Assembleia Municipal, com propostas e com votações. Por essa razão o público, não como nos debates temáticos mas como nas sessões normais da Assembleia, tinha que estar na zona reservada ao público e não nos lugares dos Deputados Municipais. Devia haver uma diferenciação, para que no processo de votações tudo fosse muito claro. -----

----- Referiu que na presente sessão havia dois pontos na ordem de trabalhos. O primeiro ponto para deliberações da Assembleia sobre a Colina de Santana e um segundo ponto para declarações políticas. Na altura veriam se o tempo era suficiente para entrarem no segundo ponto. -----

----- Explicou que a Mesa teria de ser muito rigorosa em relação aos três minutos para cada pessoa do público, uma vez que tinham uma agenda complexa. Isso sem prejuízo de poderem deixar na Mesa algum documento mais extenso que quisessem para fazer parte da ata. -----

----- Informou os Senhores Deputados Municipais e a Câmara de que o novo Regimento da Assembleia Municipal já tinha sido publicado em boletim municipal. Era o primeiro suplemento ao boletim 1048, publicado na passada quinta-feira dia vinte, pelo que a presente sessão já decorreria sob orientação do novo Regimento da Assembleia Municipal, o qual introduzia uma série de figuras inovadoras e permitia alguma flexibilidade também na gestão dos tempos, dando uma grande importância à participação do público.-----

----- Outra informação relevante que queria prestar tinha a ver com o relatório final da Colina de Santana, que seria constituído pelos relatórios das cinco sessões. Já tinham sido apresentados publicamente os relatórios das quatro primeiras sessões e o da quinta sessão fora-lhe entregue no dia anterior, tendo já sido distribuído pelos Senhores Deputados Municipais. Seria constituído também pelas atas das cinco sessões, com a transcrição integral de tudo o que nelas se passara, e pelos contributos que os vários partidos políticos tinham dado para a deliberação final. -----

----- Disse que havia seis contributos escritos de seis grupos políticos para a deliberação final, do PS, PSD, PCP, BE, PAN e PNP.-----

----- A parte mais importante do relatório final, que eram as conclusões do debate, só poderia ser fechada depois das votações na presente reunião. Portanto, o relatório só poderia ficar pronto depois dessas votações. -----

----- Referiu que se algum Senhor Deputado Municipal ou algum Senhor Presidente de Comissão entendesse juntar ao relatório qualquer tomada de posição ou declaração de voto, que fizessem chegar à Mesa para que fosse integrado no relatório final. -----

----- PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- **António Alberto Serra Isidro**, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“O tema da minha intervenção é a escola pública no Parque das Nações. Uma realidade é a falta de escola pública no Parque das Nações.*-----

----- Para uma população de cerca de 20 a 25 mil habitantes, que é aquilo que eu consegui informar-me, existe uma escola e meia para toda a população escolar do Parque das Nações. Quando digo uma escola e meia significa que uma está construída e a outra está inacabada. -----

----- Eu estou aqui como pai de uma criança que está nessa escola inacabada, que é a Escola Parque das Nações, em que as crianças, para almoçar, almoçam por turnos, uma vez que o refeitório não tem capacidade para suportar todas as crianças e que as quatro turmas do jardim infantil, que são crianças com quatro e cinco anos, almoçam dentro da própria sala de aula. São trinta crianças por uma assistente, ou seja, é uma assistente de ação educativa por trinta crianças. -----

----- A cidade imaginada de 1998, passados dezasseis anos, estamos em 2014, resultou numa cidade que afinal pode ter sido imaginada mas que neste momento está desequilibrada. -----

----- Desequilibrada porquê? Porque nos faltam os equipamentos públicos essenciais. Acho que escola pública é um equipamento público essencial e se há equipamentos públicos essenciais que nós podemos prescindir durante algum tempo, também não temos centro de saúde no Parque das Nações, mas isso é algo que precisamos uma vez por ano ou de seis em seis meses, uma escola é precisa cinco dias por semana em dez meses por ano. -----

----- Obrigado. Boa tarde.” -----

----- **A Senhora Presidente** referiu que essa questão da escola pública no Parque das Nações fazia parte de uma moção apresentada pelo PNPN para ser apreciada pela Assembleia Municipal. Poderia ser apreciada ainda durante a presente reunião ou não, mas havia a moção que ia no sentido da intervenção feita. -----

----- **Diana Isabel Bernardes Morais Oliveira**, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde. Eu venho representar a maioria dos comerciantes e alguns moradores da Rua dos Remédios em Alfama. -----

----- Numa altura em que o País pede novos empreendedores, muitos dos comerciantes desta rua investiram em projetos inovadores e que têm por objetivo dar resposta não só aos moradores, mas também ao crescente número de turistas que param no nosso porto e que com agrado lhes mostramos um pouco do nosso País, da nossa cultura. De tal forma que muitos dos negócios são notícias nos meios de comunicação, desde a TVI até revistas como a Time Out, a Visão ou a Flash, que consideram esta rua como uma das mais bonitas da nossa cidade. -----

----- Neste momento, alguns destes comerciantes vêem-se forçados a fechar portas. Apesar do inverno rigoroso, mantiveram-se firmes para o bom tempo, bom tempo esse que nos trouxe um estaleiro de construção com contentores que ultrapassam em muito a altura das suas lojas e das suas publicidades. -----

----- Apesar de saberem que muitos são os sítios onde podiam montar esse estaleiro, não nos deram solução, nem nunca nos foi apresentada qualquer licença camarária. Simplesmente se apresentam como funcionários da Câmara Municipal de Lisboa e que a obra é responsabilidade desse Executivo. -----

----- Sabemos que a requalificação está a dar uma cara nova a Lisboa, mas também o novo comércio tem ajudado a trazer mais pessoas às ruas. Porque não andarmos de mãos dadas e encontrarmos uma solução para este problema?-----

----- Pedimos que esse estaleiro seja removido e colocado num outro local, tendo em conta as alternativas dadas pela Junta de Freguesia a esses mesmos trabalhadores. ---

----- Além deste, trazemos também um outro problema já colocado à EMEL e à Junta de Freguesia, do qual não foi encontrada nenhuma solução por ambos.-----

----- Muitos de vós devem conhecer esta bela rua de que vos falo, o fado ouve-se em todos os cantos e o bairrismo ainda existe, cultura portuguesa com certeza, mas é uma rua estreita e onde muitos são os carros mal estacionados. As pessoas nas estradas, as ambulâncias paradas, onde deviam estar a socorrer, os carros dos bombeiros que deviam passar para acudir os fogos e ficam à espera de espaço para circular, entre muitos outros problemas que demonstram uma enorme falta de segurança e um perigo público. Talvez um novo Chiado se avizinha.-----

----- Devido a tudo isto, propomos acabar com o estacionamento nesta rua e transformá-la numa rua de circulação como tantas outras que conhecemos nessa bela cidade, onde no máximo se pode parar para descarregar.-----

----- Agradecemos o interesse que vos suscitam estes dois problemas aqui apresentados e aguardamos respostas e soluções.-----

----- Muito obrigada e uma boa tarde.”-----

----- **A Senhora Presidente** referiu que a Câmara tinha ouvido as questões colocadas mas a Mesa depois faria chegar à Câmara para ter uma resposta mais concreta, uma vez que era uma questão da competência do Executivo e não da Assembleia.-----

----- Informou que estava inscrita a Associação de Pais da Escola Parque das Nações e tinha pedido para cancelar a inscrição, mas havia uma informação relevante para transmitir. No mail que tinham enviado davam a informação de que teria dado entrada nos serviços da Assembleia uma petição com mais de três mil assinaturas relativamente à Escola Básica do Parque das Nações.-----

----- A petição teria que ser apreciada pela comissão e ouvidos os peticionários. Teriam que ser chamados para uma votação em concreto da proposta que estavam a fazer.-----

----- **João Carlos Soares Alves**, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos os presentes.-----

----- Antes de fazer a minha intervenção, só dois apartes. O primeiro é que gostei de ver a socialização dos senhores, apesar de estarmos já com quinze minutos de atraso. Foi bonito de ver, realmente o Senhor Engenheiro Belmiro de Azevedo está perdoado.-----

----- O segundo aparte tem a ver com o pedido de audiência que eu fiz à Senhora Presidente da Assembleia, que me foi dito claramente que não recebia munícipes. Estranha forma de democracia. Lembrei-me de um cãozinho que eu tenho, um pincher que tinha tiques de pastor alemão. Realmente desagradou-me.-----

----- O que me traz cá é relativamente à rotunda Sá Carneiro, mais propriamente a rotunda do Areeiro. Após diversas intervenções junto da Câmara, o máximo que consegui em dois meses foi que cortassem a relva com uma roçadora à volta da

rotunda. Lamentável. Teriam dito e eu teria arranjado uma cabra e alimentávamos o animal.-----

----- O lixo na rotunda é enorme. Eu sei que aquilo é uma intervenção do metro de Lisboa. Contudo, a Câmara não se pode demitir das suas responsabilidades, é uma entrada da cidade e, segundo dizem, há anos que está naquelas circunstâncias.-----

----- Eu sou recém-munícipe, estou há menos de um ano aqui em Lisboa e sinto realmente uma diferença incrível para o resto do País. Esta Câmara desleixa as vias públicas dos bairros, que estão constantemente degradadas. -----

----- Eu fui vítima inclusivamente. No passeio caí cerca de 70 centímetros abaixo. Demonstra que existe uma ausência de investimento no que é fundamental. Neste caso no bairro onde eu moro. É que isto não é só da Câmara, é o Senhor Presidente da Junta que também tem responsabilidades nisso e que nada faz, ou pelo menos nunca vi nada. Na reunião que eu tive com ele declarou-se impotente para resolver este assunto. -----

----- Na Rua Afonso Costa há um edifício do Ministério da Agricultura que tem há anos um tapume e as pessoas têm que circundar, porque pelos vistos o edifício está em degradação e caem elementos, pondo em causa a segurança das pessoas. Em vez de obrigar o Ministério da Cultura, como devia ser, a fazer a intervenção no seu edifício, pôs um tapume para proteger os cidadãos e que obriga a andar às curvas no meio do pavimento. -----

----- Sinceramente, acho que a Câmara Municipal de Lisboa tem obrigação de fazer muito mais.-----

----- Muito obrigado.” -----

----- **Vitor Albuquerque Freire**, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Mais uma vez saudar a iniciativa da Assembleia Municipal acerca do debate da Colina de Santana.-----

----- Eu falo aqui em nome da Associação Portuguesa de Arte Outsider, da Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental, da Sociedade Portuguesa de Neurologia e da Associação de História da Psiquiatria. De um modo geral estas entidades reconhecem o esforço da Mesa na redação do ponto 3, relativo ao património, cultura e ciência.-----

----- No entanto, gostaríamos de fazer duas pequenas propostas, se ainda é possível, no que diz respeito ao Museu de Arte Outsider, no ponto 3.2. Assim, tal como este museu hoje em dia existe não só de arte outsider, como de psiquiatria, propomos que no texto seja incluído “arte outsider e psiquiatria”. -----

----- Por outro lado, a seguir a “no Hospital Miguel Bombarda”, propomos que sejam incluídas as seguintes palavras, peço desculpa pela redundância das palavras: “...incluindo todo o respetivo acervo e arquivos”. Isto no sentido da criação futura de um centro de investigação, como é proposto no geral para a Colina, nomeadamente versando e desenvolvendo o aspeto do conhecimento. -----

----- É tudo, muito obrigado pela vossa atenção.” -----

----- **A Senhora Presidente** informou que na deliberação que iriam tomar na presente reunião estava prevista a questão do Museu de Arte Outsider e também a criação de um grupo de trabalho que iria aprofundar a matéria relacionada com os núcleos museológicos e com os museus existentes. -----

----- Mesmo que a proposta acabada de fazer não estivesse integralmente contida na deliberação, logo veriam se ela seria aprovada e, uma vez aprovada, teria continuidade. Portanto, a Assembleia continuaria a acompanhar todo esse processo.----

----- **Augusto Vasco Costa**, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde.-----

----- *Foi com muito entusiasmo e expectativa que intervim neste debate sobre a Colina de Santana e que respondi ao repto da Senhora Presidente para que apresentássemos sugestões, entregando no passado dia 4 de fevereiro a minha visão de conjunto, com desenhos e números. Mas ao contrário do que esperava, não vi neste debate nenhuma referência ou comentário a estas minhas sugestões, mesmo que fosse para explicarem porque não serviam.*-----

----- *Mesmo assim, espero que esta Assembleia, para além de ir tomar uma posição sobre a pertinente questão dos hospitais deverem ou não sair da Colina de Santana, em termos urbanos terem preparado como programado propostas baseadas na opinião dos cidadãos a serem votadas hoje, dia 25. Porque se assim não for, se não se conseguir trabalhar numa solução de consenso, clara e credível, receio que, como já referi em intervenção anterior, tudo continue na mesma, com cada um a falar para o seu lado. Em resumo, ser posta em causa a utilidade deste tipo de debate e de quem teve a coragem de o promover.*-----

----- *Assim, apelo uma vez mais a que independentemente do partido de cada um dos Senhores Deputados Municipais, tentem encontrar uma solução coerente onde o bom senso e o respeito pela cidade prevaleçam. É a nossa qualidade de vida que está em causa e dos nossos sucessores. Já basta o triste espetáculo da falta de diálogo construtivo que o nosso Governo e a oposição vão dando, refletindo-se tão negativamente no nosso dia-a-dia.*-----

----- *Volto a fazer o apelo que aqui já fiz. Com sentido cívico, deixemos de fundamentalismos do tudo ou nada ou de apenas pretender ver quem são os bons ou os maus. Que se inicie de imediato com todos os interessados uma solução de interesse comum, um projeto de consenso para a Colina de Santana.*-----

----- *Como penso ter demonstrado com desenhos e números, não estando em causa a área de construção proposta, a solução será simples, basta respeitarem o claro objetivo preconizado pelo Plano Diretor que Vossas Excelências aprovaram de integração na envolvente histórica da Colina de Santana. Penso que não é complicado. Senão, para que serviria o Plano Diretor Municipal?*-----

----- *Desculpem mas volto a repetir-me, mas se conseguirem esta Assembleia ficará na história como a que finalmente mudou o status quo vigente, de sistemática e incompreensível falta de respeito pelo PDM aprovado e a Colina de Santana a ser exemplo de coerência a seguir para que Lisboa volte a ser uma cidade em que temos orgulho porque voltámos a ter gosto em aqui viver, trabalhar e mesmo investir.*-----

----- *Tenho esperança, como já vi escrito, que não seja a futura colina da discórdia, mas sim a da concórdia, porque assim todos, mas todos, seremos beneficiados.*-----

----- *Senhores Deputados Municipais, não percam esta oportunidade.*-----

----- *Muito obrigado.*-----

----- **A Senhora Presidente** disse que iria verificar se no site “Debater Lisboa” tinha ficado introduzida a proposta. Se porventura tivesse havido lapso, seria contactado para que enviasse no sentido de poder ser incluído no site.-----

----- Estando no site, fazia parte do relatório anexo que se estava a finalizar com todas as propostas recebidas no site, todos os artigos publicados e todas as opiniões enviadas. Parecia-lhe que estaria finalizado no final da semana e seria publicado também no site “Debater Lisboa”.-----

----- **Elsa Soares Jara**, fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Como médica hospitalar, relativamente ao programa de destruição de todos os hospitais da Colina de Santana, queria dizer o seguinte: É inconcebível que num País cheio de problemas se venha colocar a hipótese de encerramento, destruição de todos os hospitais que constituem o Centro Hospitalar Lisboa Central, para poder justificar um novo hospital.*-----

----- *É inconcebível que pessoas com prestígio na área da saúde venham publicamente defender que o espaço agora ocupado pelos hospitais de referência, a funcionar em pleno, possa vir futuramente a ser reduzida a uma unidade de cuidados continuados ou instalações de empresas de investigação ligadas à saúde. Assim como também é inconcebível que se queira transformar em museus os citados hospitais, pertencentes ao restrito grupo de hospitais dos mais diferenciados do País.*-----

----- *Simultaneamente, outros hospitais da Europa instalados também em edifícios centenários como os que se pretende destruir em Lisboa, como o Hospital de St. Mary em Londres, são escolhidos para aí nascerem os príncipes.*-----

----- *Quero agradecer à Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Arquiteta Helena Roseta, que cumprindo o compromisso eleitoral organizou este amplo debate público sobre a matéria, sem o qual muito provavelmente estaríamos perante um facto consumado.*-----

----- *Quais são então, no meu entender, as verdadeiras razões para, a pretexto da requalificação da Colina de Santana, destruir os hospitais aí localizados e construir um novo hospital na zona oriental de Lisboa?*-----

----- *1 – A especulação imobiliária e a corrupção ligada à mesma;*-----

----- *2 – Interesses de grandes construtoras;*-----

----- *3 – Favorecimento dos negócios de hospitais privados/parcerias, para quem o bom funcionamento dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde constitui um entrave.*-----

----- *É inconcebível falar da reabilitação da Colina de Santana e depois considerar nos planos, em primeiro lugar, a destruição de todos os seus hospitais a funcionar em pleno.*-----

----- *Olhe-se o que aconteceu com o Hospital de Arroios, Hospital do Desterro e até Hospital Miguel Bombarda, já desativados. Esse seria provavelmente o destino dos hospitais se o plano de destruição se mantiver.*-----



----- *Recordo que estamos a falar de uma área de terreno superior à de toda a Baixa de Lisboa.* -----

----- *Pessoas mal intencionadas e ignorantes, mas com poder, podem causar graves danos. Imagine-se que o negócio do IPO de Lisboa, Isaltino/Duarte Lima, ia para a frente. Agora multipliquem esta situação por uma dúzia, tantas vezes quantos os hospitais que se pretende encerrar e destruir, e vejam o que podia acontecer na Cidade de Lisboa.*-----

----- *O custo do novo Hospital de Todos os Santos está agora estimado em 1200 milhões de euros. Portanto, o dobro do que foi dito pelos responsáveis em 2013 e quase o triplo do valor referido em 2011.*-----

----- *Pelo exposto, apelo a esta Assembleia que vote no sentido de possibilitar que a situação seja reavaliada com rigor e seriedade, não permitindo desde já o encerramento e destruição dos hospitais.*” -----

----- **Mónica Sofia da Silva Ferreira**, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Eu chamo-me Mónica e estou aqui para expor o meu caso de habitação, não tenho outra alternativa.* -----

----- *Moro em Lisboa desde 2009 e estou inscrita na Câmara para habitação há quatro anos e alguns meses. A situação piorou e estou na rua com o meu filho menor. Ele dorme na casa de uma conhecida por favor e onde faço a higiene e a alimentação. A casa é habitada por seis pessoas e não tenho condições para lá estar, nem sítio para dormir.* -----

----- *Informei a Câmara várias vezes pessoalmente e nada. Escrevi cartas ao Presidente da Câmara, como mails, e a resposta foi que iam enviar para a Vereadora. Na resposta da Vereadora diz que tenho que esperar porque há pessoas à frente e são atribuídas casas com pontuação mais alta.* -----

----- *Desloquei-me à Santa Casa para falar com a minha assistente, de onde também mandaram relatórios para a Câmara me continuo na rua.* -----

----- *Falei com o Presidente da Junta de Marvila para poder ajudar-me na habitação, o qual também me informou que tenho que falar para a Câmara. Disse-lhe que já me tinha deslocado várias vezes à Câmara e nada fazem.*-----

----- *Disse também ao Senhor Presidente da Junta de Marvila que estou desesperada e que neste momento ia expor o meu caso ao Correio da Manhã e à televisão e o Senhor Presidente de Marvila disse-me para não o fazer e tentar falar com a Vereadora ou com o Presidente da Câmara para tentarem resolver, mas já me desloquei à Câmara e nada. Decidi estar aqui presente.* -----

----- *A Câmara não mostra interesse de que esteja na rua e já não sei o que fazer.*-----

----- *Eu sei que ciganos e outros cidadãos têm casas de forma ilegal, porque rebentam e depois a Câmara legaliza. Onde está a Lei da igualdade?* -----

----- *Muitas pessoas nem estão inscritas para habitação, mas têm casa da Câmara. Eu, de forma legal e mesmo na rua, não tenho casa, não me dão. Seria melhor fazer de forma ilegal? Não.* -----

----- *Eu vim aqui porque estou desesperada, pois só quero um lar para mim e para o meu filho, para ter uma vida tranquila e em paz, do que andar à procura onde vou estar amanhã para dormir.*-----

----- *Peço atenciosamente a quem faz parte da Habitação que me dê essa oportunidade, de forma a ter um lugar para viver, o qual neste momento não tenho. Só peço um sítio para morar com o meu filho e fico à espera que me ajudem de alguma forma neste momento.*-----

----- *Boa tarde.*-----

----- **A Senhora Presidente** referiu que a Senhora Vereadora da Habitação estava a assistir à sessão e não poderia atender diretamente, mas seria pedido a uma assessora que atendesse, para ficar com os dados e explicar o que a Dona Mónica deveria fazer para ter acesso a uma habitação municipal.-----

----- **Teresa Sá Melo**, fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Boa tarde. Eu não tinha nada preparado, nem pensava intervir, mas gostaria de dizer apenas duas coisas:*-----

----- *Eu, como cidadã, ainda acredito que Portugal é um país e não é uma empresa. Portugal é um país, não é uma empresa nem um conjunto de empresas. Eu acredito que as empresas trabalham para o lucro e tenham que ter lucro, mas como cidadã acho que Portugal ainda deve ser um país.*-----

----- *Eu não acredito que a Câmara Municipal de Lisboa consiga dividir este país em pequenos pedaços e declarar que a sua competência é no pedaço A, por exemplo a cabeça, depois a outra competência é no corpo e há uma terceira competência que é nas pernas, mas nós cidadãos somos um conjunto e Portugal é um país, não é uma empresa.*-----

----- *Eu penso que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que é uma pessoa competente e inteligente, deve compreender que para nós a resolução de olhar apenas para a questão urbanística, ou de loteamentos, não vai servir os cidadãos de Lisboa e será causador do fecho de hospitais importantes para todos nós no centro de Lisboa*-----

----- *Eu julgo que isto para mim é essencial. Eu gostaria de continuar a acreditar que o meu País, Portugal, ainda é um país e não é uma empresa.*-----

----- *Muito obrigada.*-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **Projeto de Deliberação sobre a Colina de Santana;**-----

----- **Proposta nº 4/AM/2014, subscrita pela Mesa da Assembleia Municipal, ouvida a Conferência de Representantes;**-----

----- (A presente proposta é integrada nesta ata como anexo 1)-----

----- **Proposta de Alteração à Proposta nº 4/AM/2014, subscrita pelo Grupo Municipal do PCP;**-----

----- (A presente proposta é integrada nesta ata como anexo 2)-----

----- **Proposta de Alteração à Proposta nº 4/AM/2014, subscrita pelo Grupo Municipal do BE;**-----

----- (A presente proposta é integrada nesta ata como anexo 3)-----

----- **Propostas de Aditamento à Proposta nº 4/AM/2014, subscritas pelo Grupo Municipal do PAN;**-----

----- (A presente proposta é integrada nesta ata como anexo 4)-----

----- **A Senhora Presidente** informou que iria pedir para ser distribuído o guião das votações que teriam lugar no final desse ponto, como ficara assente na Conferência de Representantes.-----

----- Esclareceu que havia na Mesa para deliberação três propostas: uma proposta da Mesa, feita com os contributos recebidos dos vários partidos; uma proposta do PCP; uma proposta do BE. As três propostas seriam votadas na generalidade e depois da votação das três propostas, aquela que tivesse obtido a aprovação na generalidade seria aprovada na especialidade.-----

----- Havia ainda alterações na especialidade que tinham sido apresentadas pelo PAN. Chamou a atenção de que o PAN requeria votação nominal de três das suas propostas.

----- Explicou que a votação nominal podia ser requerida por qualquer Deputado Municipal e nos termos do Regimento significava que os Deputados Municipais eram chamados um a um para declararem o seu voto. Por outro lado, a votação nominal só podia ter lugar se fosse aprovada por maioria pela Assembleia Municipal. Portanto, antes de votarem as deliberações iriam votar o requerimento de votação nominal.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** disse que se chegava às conclusões sobre a problemática da Colina de Santana e todos se lembravam do percurso desde que tinha sido anunciado o encerramento dos hospitais, muitos anos antes. Tinha sido negociado o encerramento dos hospitais de São José, Desterro, Santa Marta e Miguel Bombarda e fora também iniciado o processo da compra do terreno e da construção do Hospital de Todos os Santos na zona oriental. -----

----- O processo tinha início com uma enorme controvérsia entre os que achavam melhor centralizar num hospital as várias valências existentes na área dos cuidados de saúde, que poderia vir a ser o Hospital de Todos os Santos, e aqueles que achavam preferível concentrar nos hospitais existentes, antigos e situados em edifícios históricos, a continuidade da sua ação e prestação de cuidados de saúde, não só a Lisboa, como a toda a região de Lisboa, que se servia desses hospitais e que era muito superior aos habitantes da Cidade de Lisboa.-----

----- Essa controvérsia existiria sempre e haveria sempre fenómenos corporativos em relação às pessoas que defendiam uma e outra teoria.-----

----- Disse que na sua opinião, não sendo médico nem conhecedor profundo dessas matérias, entendia que o problema estava resolvido, na medida em que os governos anteriores já tinham decidido que assim seria. Só esperava que fosse feito no interesse e desejo dos utentes desses serviços e que fosse feito de forma a que só se fizesse a transferência das competências e dos serviços quando houvesse uma resposta melhor do que a existente e quando se assegurasse que aquelas pessoas residentes na zona, atualmente com os hospitais perto de casa, pudessem ter um apoio de cuidados de saúde fundamental para salvaguardar os seus interesses. -----

----- Se isso fosse feito com harmonia, não tinha que evitar a construção de um novo hospital. -----

----- Por outro lado, isso iria proporcionar a criação de um conjunto de novas edificações nas zonas ocupadas por esses hospitais e aí também era preciso ter cuidado. Se havia pedidos de informação prévia, se havia projetos inicialmente apresentados, se havia desenhos e até um grosso volume da ESTAMO onde se definiam as novas unidades hospitalares, era preciso ter cuidado porque não se encontravam num espaço vazio. Existiam edificações de valor histórico que teriam de ser preservadas, existiam azulejos, existia história da área científica, recursos que foram juntos ao longo de vários anos e até séculos. Tinha que haver destino para eles, uma forma de os valorizar e apresentar. -----

----- Resse aspeto tinha que ser salvaguardado numa interação entre a Câmara, a ESTAMO e o Ministério da Saúde, de forma a que tudo se concretizasse da maneira mais harmónica, na defesa dos interesses da cidade e na defesa dos interesses do património. -----

----- Quanto às edificações que iriam ser construídas, como lhe parecia ser assim na construção do PDM, já se tinha considerado essa mudança de usos, que seriam mudados de acordo com aquilo que o PDM prescrevia, salvaguardando aquilo que também era uma intenção da Câmara Municipal de Lisboa manifestada ao longo do último mandato, nomeadamente quando se aprovara o PDM e se vinham aprovando normas urbanísticas que consubstanciavam esse PDM, nomeadamente o seu regulamento, que era a reserva de alguns espaços para habitações a custos controlados, através do dispositivo previsto no artigo 84 do Regulamento do PDM. ----

----- A definição do número teria que ser feita pela Câmara e quanto mais conseguisse, melhor. -----

----- Era também fundamental que ao olharem para essas novas áreas, com novas construções e novos loteamentos, cujo destino parecia estar traçado, que pudesse vir a ser algo que beneficiava tudo o resto. -----

----- Vinha dizendo ao longo do tempo que a Colina de Santana era das colinas mais degradadas da Cidade de Lisboa. Vinha dizendo que a Colina de Santana era onde existiam pessoas mais isoladas, com o maior número de idosos e menor número de jovens. Vinha dizendo que a Colina de Santana era, no Concelho de Lisboa, a zona onde havia menos apoios sanitários e casas de banho. Vinha dizendo que a Colina de Santana era a que tinha maior número de prédios em ruína e pré-ruína. -----

----- Também vinha dizendo que a Colina de Santana era onde existia muita dificuldade nas acessibilidades. Estava numa ilha rodeada por estações de metro, mas no seu interior e na sua relação com a Avenida da Liberdade e com a Avenida Almirante Reis. Não existiam vias fáceis de acesso e a população extremamente idosa tornava essa situação bastante difícil. -----

----- Tudo isso tinha sido dito e agora tinham uma oportunidade que não podia deixar de ser aproveitada, mas tinha que ser aproveitada com muito bom senso por todos aqueles que tinham de intervir. Só pela positiva se conseguiria atingir os objetivos. Não era daqueles que queriam exigir “este mundo e o outro” e queriam que a Câmara “fizesse o pino e o flic-flac”. A Câmara tinha que fazer as suas obrigações e tinha que defender os interesses das suas populações, concertando esses interesses com aquelas

disponibilidades que eventualmente pudessem vir a surgir, porque a Câmara não tinha meios financeiros para fazer face ao extraordinário volume de investimentos que a regeneração da Colina de Santana implicaria. Só o poderia fazer se houvesse mais valias que fossem retornadas para esse efeito.-----

----- De outra forma estava-se a adiar um problema, a exigir o que não era exigível, a pedir o que não podia ser pedido. O que devia ser pedido à Câmara era que definisse os grandes objetivos estratégicos, que dissesse à Assembleia Municipal o que queria que se fizesse e definir as ações fundamentais a lançar no curto prazo. -----

----- As questões de urbanismo, de más condições de vida, de isolamento, etc., não podiam esperar três ou quatro anos para que houvesse dinheiro para construir hospitais e outras coisas. As populações eram carentes já, os prédios estavam com rachas e com situações de alguma precariedade, podendo cair a qualquer momento, com pessoas lá dentro ou não mas podiam cair. Era isso que se tinha de salvaguardar, porque era essa a vocação do Município e aquilo que tinha de defender, independentemente dos egos e das vontades. O que se queria era que Lisboa fosse uma cidade onde se pudesse viver. -----

----- Não iriam com certeza acabar com a pobreza, não iam acabar com as dificuldades, não iam acabar com os prédios degradados, mas que cada vez houvesse menos situações dessas na sua cidade. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que a Mesa iria distribuir o guião das votações por todos os representantes e pelas bancadas do Deputados Municipais Independentes e da Câmara. Se tivessem alguma dúvida deviam assinalar à Mesa ainda antes das votações. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** disse que o PAN abordava a questão da Colina de Santana com o realismo que achava que devia conduzir quando se estava a falar de situações dessa gravidade. -----

----- Tinha analisado as propostas e sabia que existiam propostas desde a destruição completa da existência hospitalar nessa zona até propostas que previam a manutenção de todos os hospitais. Todas as propostas tinham sido consideradas e teria que haver a responsabilidade de fazer uma síntese de algo que fosse possível. -----

----- Entendia que nenhuma das propostas maximalistas podia ser aceite sem prejuízos para a cidade. Ao contrário do que já tinha sido dito, podia-se exigir aquilo que era possível e que devia ser possível. Parte daquilo que podia ser possível era que numa zona com as características sísmicas de Lisboa, nomeadamente nessas zonas antigas, pudesse existir pelo menos um hospital de referência que mantivesse uma urgência ativa e que permitisse, em caso de grande desastre, o socorro das populações. -----

----- Não seria com certeza com ruas cheias de escombros que as ambulâncias andariam a circular a alta velocidade, até chegarem a Marvila ou Santa Maria. -----

----- Retirar todos os hospitais da zona central de Lisboa era algo que para si não era concebível e como tal podia-se e devia-se exigir uma solução mais bem pensada. -----

----- Tentara aferir qual era a situação de resposta de emergência que estava prevista para quando desaparecessem todos os hospitais e a resposta era o silêncio. Não podia

conceber que isso fosse possível me por isso iria dar em linhas feais aquilo que achava razoável, embora não estivesse ainda a ser considerado. -----

----- Para o PAN o razoável era fazer uma fusão de urgências hospitalares na melhor urgência que tinham na zona, o Hospital de São José. Sabia-se que o Hospital de São José não tinha uma urgência completa, que tinha urgências espalhadas pelos outros hospitais da zona central. Em Santa Marta havia a urgência cardio-torácica, havia outras urgências no Curry Cabral e nos Capuchos. O que para si era aceitável era que houvesse uma grande urgência com resistência sísmica capaz de poder acudir à zona central de Lisboa em caso de catástrofe. -----

----- Essas coisas não podiam ser pensadas só para situações ideais, onde tudo fluía e circulava normalmente. Não queria ficar na sua consciência com a possibilidade de ter contribuído para umas centenas de milhares de mortos em Lisboa. Não o faria e recomendava aos colegas Deputados Municipais que não o fizessem. As coisas não eram todas como pareciam em todos os momentos. -----

----- Considerava que a passagem dos internamentos de São José para Marvila era algo que podia ser concebido. Considerava que a passagem das consultas externas para os centros de saúde era algo que podia ser concebido. Manter a hipótese de retirar os serviços de urgência todos de São José era algo que não podia ser concebido e por isso apresentava uma solução que estava a meio caminho entre aqueles que queriam destruir todos os hospitais e aqueles que pretendiam deixar tudo na mesma. -----

----- Fazia um apelo à consciência de todos os Deputados Municipais e por isso tinha formulado um pedido de votação nominal para os pontos que entendia serem fundamentais, para que as pessoas definissem o que pretendiam para o futuro. -----

----- Haveria uma votação geral e depois votações de especialidade. Nas votações de especialidade estavam os elementos que achava fundamentais para que o processo da Colina de Santana ainda pudesse ser salvo. O que teria que votar em nome do PAN era uma proposta que previa a retirada de todos os hospitais de Lisboa e como tal, se as votações pudessem ser feitas ao contrário, eventualmente poderia votá-la a favor. Assim sendo, teria que necessariamente votar contra. -----

----- **A Senhora Presidente** referiu que não havia nenhuma proposta em cima da Mesa para que fossem tirados todos os hospitais. O Senhor Deputado Municipal era soberano de dizer o que entendesse, mas estava só a repor o rigor das coisas. As propostas não eram essas. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Neves (PS)** disse que na presente reunião eram chamados a reportar as conclusões retiradas do extenso debate travado sobre o futuro da Colina de Santana. Poucas tinham sido as ocasiões em que a Assembleia Municipal, e por sua via os lisboetas, tiveram oportunidade de fazer cidade a essa escala e nessas proporções. Julgava ser devido o reconhecimento a todos quantos quiseram juntar a sua voz, pois essa podia ter sido uma oportunidade perdida. -----

----- Precipitada pela apresentação dos Pedidos de Informação Prévia para os imóveis dos Hospitais Miguel Bombarda, Capuchos, São José e Santa Marta, bem andara a Câmara Municipal ao suspender a sua apreciação e a Assembleia Municipal ao

devolver, de imediato, a palavra aos lisboetas. Aí cumpria-se, e bem, o desígnio da participação. -----

----- Talvez por a participação ter estado ausente da fase anterior desse processo, esse debate, que devia abraçar o futuro, estivera vezes demais aprisionado no passado. Passado que a Assembleia e a Câmara não podiam mudar, porque ultrapassava as suas competências. Processo em que a Assembleia e a Câmara, no uso das suas atribuições, mas acima de tudo das suas responsabilidades, já só podiam pretender participar, em benefício de Lisboa e dos lisboetas. -----

----- Dizia-o sem crítica, mas com clareza. Usar esse fórum para persistir na demanda da reversão de todo esse processo era abdicar de participar na construção do futuro. E estavam no fórum errado. Ali se começava verdadeiramente a construir o futuro. -----

----- Todos tinham a noção de que o desenvolvimento territorial já não poderia resultar da imposição de soluções unilaterais. O desenvolvimento territorial devia ser orientado por visões partilhadas pelo maior número de interessados e concretizado através da cooperação ativa e estruturada entre os vários agentes territoriais, que assegurasse processos democráticos de participação e tomada de decisão e atravessando vários níveis de governação. -----

----- Talvez por isso a ideia de um Plano de Ação Territorial para a Colina de Santana cedo se tivesse materializado um pouco por todas, ou quase todas, as representações políticas da Assembleia Municipal. -----

----- Principalmente, porque essa figura permitia a participação integrada de um vasto leque de agentes territoriais, de todos quantos se revelassem interessantes e interessados. E era assim que se devia fazer cidade. Mas também porque o PAT permitia enquadrar vários tipos de intervenções programadas, públicas e privadas, encadeando-as de forma coerente no tempo e no espaço, assegurando a atempada realização dos investimentos e, por sua via, garantindo a necessária credibilidade, segurança e eficácia económica. -----

----- Era uma figura especialmente apropriada para enquadrar transformações territoriais complexas, que requeriam uma boa definição estratégica, estável no tempo, mas que previssem ações de natureza diversa e a implementação de políticas públicas, que se queriam de proximidade mas de mãos dadas com intervenções de âmbito estruturante. -----

----- Os PAT, apesar de terem uma natureza contratual, podiam estipular e elencar todas as ações urbanísticas. Não eram instrumentos de gestão territorial, mas uma ferramenta de execução dos instrumentos de gestão territorial e era exatamente por isso que o Partido Socialista subscrevia a proposta que a Mesa apresentava à Assembleia. Ela era uma tradução fiel dos apelos que os lisboetas fizeram sentir: -----

----- Que as operações urbanísticas a realizar na Colina de Santana obedecessem a um processo de planeamento coerente, que não se esgotasse nas pretensões vertidas nos PIP submetidos pela ESTAMO; -----

----- Que fosse salvaguardada a participação dos agentes locais e sua relação com a coordenação do PAT, por via da criação de um Gabinete da Colina de Santana, com

um figurino participativo semelhante ao de um GABIP, enquadrado por um Plano de Desenvolvimento Local de base Comunitária; -----

----- Que a história urbana e arquitetónica da Colina de Santana fosse cuidada no quadro de uma ou mais operações de reabilitação urbana sistemáticas; -----

----- Que se cuidasse do processo de transição garantindo que os cuidados de saúde dos lisboetas não sofriam novos reveses, e que no planeamento futuro se asseguravam cuidados de saúde de proximidade; -----

----- Que o sistema de transportes, nomeadamente dos transportes públicos, fosse pensado a par com a qualificação ambiental, do espaço público e dos equipamentos coletivos; -----

----- Que o património e o fomento da inovação tivessem um lugar essencial na regeneração do tecido económico e social. -----

----- Com essas orientações era possível pensar um PAT que fosse verdadeiramente inovador, mas mais que isso, que fosse bem-sucedido. -----

----- Fora o estabelecimento de um processo participativo que permitira passar da reflexão a essas conclusões. Seria a participação, por via da monitorização como elemento essencial do planeamento, que asseguraria o sucesso dessa aventura. -----

----- A monitorização fazia parte do processo de aprendizagem institucional e operacional, mas era também fator de transparência. Esse devia ser permanentemente assegurado pela entidade gestora do PAT, que no caso tinha que ser a Câmara Municipal de Lisboa. Não se deviam esquecer nunca do que fazia uma cidade viver, perpétua evolução, desejavelmente sustentada na participação e sustentável nas soluções, pensada para ser vivida. Ou seja, pensada para as pessoas.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** disse que se tinha recebido a proposta da Mesa da Assembleia Municipal, de projeto de deliberação sobre a Colina de Santana, com a data de 10 de março. No dia 17, na passada segunda-feira, o PCP entregara à Senhora Presidente da Assembleia, em Conferência de Representantes, os contributos para introdução no documento. Esse deveria ser consensualizado, para significar uma tomada de posição coerente da Assembleia Municipal, considerando os debates realizados, as intervenções de especialistas convidados, profissionais de saúde, moradores, membros de associações e instituições, comissões de utentes e munícipes da cidade. Isso sim, seria a democracia participativa. -----

----- No dia anterior tinha-se realizado uma Conferência de Representantes. O PCP mantivera as suas propostas e insistira na negociação para haver um documento assumido pela Assembleia Municipal, com respeito pela vontade democrática expressa pela grande maioria dos participantes. Do documento global do PCP tinham sido aceites apenas três propostas e de forma apenas parcial. -----

----- Na verdade, as propostas da maioria PS em 2013, de levar à Assembleia Municipal a discussão sobre os projetos para a Colina de Santana, tinham, como se constatava, a intenção agora evidente no documento da Mesa, nos PIPs suspensos e não afastados, num PAT que serviria para tudo na destruição dos hospitais, intenção



de dar cobertura ao grande centrão de negócios do PSD/CDS-PP no Governo e do PS no Município.-----

----- Disse que no documento/proposta da Mesa não havia uma palavra a dizer que a grande maioria das intervenções na Assembleia, nos cinco debates realizados, tinham sido claramente contra o encerramento dos hospitais da Colina de Santana. Havia sim várias portas e janelas no articulado do projeto de deliberação, para que os crimes fossem consumados por António Costa e Manuel Salgado, pelo PS, PSD e CDS, unidos contra o direito à saúde, contra os hospitais, contra os profissionais de saúde e as populações de Lisboa e do País que esses hospitais serviam, contra o comércio e as empresas de restauração na Colina de Santana. -----

----- Era uma manta de retalhos com buracos e alçapões que tinham a oposição do PCP, que levaria ao conhecimento da população da cidade. -----

----- O PCP propusera, no documento entregue em 17 de março, que ficasse clara a posição firme de não haver encerramento de qualquer dos hospitais em causa, mas sim o seu reforço nas respostas adequadas de hospitais de primeira linha, que eram e deviam continuar a ser.-----

----- O PCP declarava que tudo faria para defender e projetar os hospitais da Colina de Santana num futuro melhora para a saúde das populações da cidade e das zonas do País que serviam e deviam continuar a servir. Defender e impulsionar o direito ao trabalho dos médicos, enfermeiros e todos os profissionais de saúde que neles trabalhavam. -----

----- Esse tinha sido apenas um passo clarificador do democratismo vazio de uns, da falsidade de uns tantos e da firmeza da maioria dos profissionais, especialistas e população da Colina e da Cidade de Lisboa nos debates realizados.-----

----- O PCP estaria sempre para defender os direitos à saúde pública, contra os negócios que o Governo PSD/CDS-PP e o PS no Município queriam a todo o custo levar a cabo. -----

----- A deliberação apresentada pela Mesa era isso mesmo, uma deliberação que não era completa e não respeitava os debates, não obrigava a Câmara e era a primeira parte de um processo que já estava nas ruas da Colina de Santana e de Lisboa. O PCP continuaria a lutar. -----

----- Disse que no documento da Mesa faltava uma introdução sobre as conclusões dos debates, com a grande maioria das intervenções contra a destruição dos hospitais;-----

----- No ponto 1, alínea 1.1, incluía-se a ESTAMO, essa empresa fantoche criada por causa do défice no PAT, Programa de Ação Territorial;-----

----- O PCP votaria contra as alíneas 1.1, 1.2 e 1.3; -----

----- No ponto 2, por entender que o Hospital de Todos os Santos devia ser construído mas não devia servir de cobertura à destruição dos hospitais da Colina de Santana, nem outros da cidade, o PCP votaria contra a alínea 2.1 e votaria contra a alínea 2.5, por referir que devia ser reservado um dos hospitais a desativar, para objetivos que eram positivos mas que deviam ser integrados na rede de saúde e não num dos hospitais que queriam eliminar;-----

----- Na alínea 5.5 falava-se da exigência de meios mecânicos a fazer aos principais promotores de habitações de luxo, hotéis de charme e silos de automóveis, dando como adquirido o seu poderio na zona. Por isso o PCP votaria contra;-----

----- Na alínea 5.9 já se destinava parte das antigas cercas para incorporação em espaço público municipal, dando como adquirida a eliminação dos hospitais. O PCP também votaria contra essa alínea. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** disse que estavam a discutir a Colina de Santana mais uma vez e por fim e, como já tivera oportunidade de referir, era um processo que aparentemente nascera torto mas que se parecia ter endireitado. Talvez o facto de ter nascido ao contrário, um processo reverso, a discussão na Assembleia Municipal permitira e bem que se tornasse num processo largo, participado e que dava uma luz sobre o assunto que talvez devesse abranger não só a Colina de Santana, mas toda a cidade. -----

----- Estava-se a discutir o projeto de deliberação sobre a Colina e gostava de fazer uma referência muito positiva a vários aspetos. Primeiro começando por destacar o processo de discussão na Assembleia Municipal, participado e vivido, com um esforço da parte de todos em tentar procurar posições construtivas. Acima de tudo tinha havido um esforço de consenso, não só das forças políticas da Assembleia, mas no trabalho dos próprios relatores das sessões, da Conferência de Representantes, de um conjunto de pessoas que tentara obter um consenso relativamente a essa matéria.---

----- Obviamente, o projeto de deliberação não espelhava as opiniões de todos. Espelhava a opinião média de um conjunto de recomendações. Havia recomendações noutra sentença, que poderiam no documento obter todas elas. -----

----- O facto de se lançar um Programa de Ação Territorial, que permitia exatamente encontrar uma plataforma de contrato para desenvolvimento dessa zona, o facto de referir que todos os pedidos de informação prévia, ou outro controle prévio qualquer de operações urbanísticas na Colina de Santana que viessem a ser apresentados deviam conformar-se com os objetivos desse PAT, devendo-se criar não só os instrumentos urbanísticos necessários de controle, mas também um gabinete que pudesse favorecer um processo participativo na zona, tudo isso era um contributo da Assembleia Municipal, numa recomendação que esperava ver aprovada e que poderia pautar para essa e outras zonas da cidade um modelo de intervenção participada. -----

----- Queria reforçar mais uma vez o esforço de consenso da Mesa da Assembleia Municipal, a quem queria agradecer. Obviamente que nem todas as propostas tinham podido ser enquadradas, mas achava estranho que se dissesse que isso era por uma questão de estarem ligados a interesses, uma insinuação de que seriam contra esse esforço de consenso.-----

----- Gostava de frisar exatamente o contrário e de dizer que o facto de apoiar esse projeto de deliberação levaria até a tomar uma posição de votar contra as outras recomendações por uma única razão, queria-se dar importância ao esforço de consenso da Mesa e das sugestões terem sido acolhidas, não todas, mas todas as que achava importantes e que foram discutidas. Não iria votar favoravelmente as outras, porque queria condensar nessa a forma de ver essa questão.-----

----- Não sabia se estavam presentes pessoas que tivessem participado no debate, para além dos Deputados Municipais, mas muito se tinha discutido na Assembleia Municipal sobre essa questão. Muitos assuntos podiam não ser da competência do Município, mas havia uma tentativa na recomendação de os endereçar a todos, fosse para entidades externas, fosse para uma recomendação da atuação da própria Câmara. -

----- Muitas das pessoas que participaram no debate poderiam achar que a recomendação não chegava e não estar lá tudo o que o debate proporcionara, mas a visão que deviam ter sobre a recomendação era oposta. A recomendação não era o fim do processo, era um ponto de partida, até porque seria formado um grupo de trabalho para acompanhar essa questão e o Plano de Ação Territorial.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** disse que no seguimento das cinco sessões do debate temático sobre a Colina de Santana, o objetivo seria a Assembleia Municipal apresentar uma proposta tendo em conta as diferentes vertentes suscitadas ao longo do debate, assim como as propostas avançadas por cidadãos, organizações e Deputados Municipais.-----

----- Os cidadãos participaram de forma ativa e empenhada nessa discussão e mostraram claramente que estavam contra a desativação dos hospitais da Colina de Santana.-----

----- Seria, portanto, essa a mensagem que a proposta da Assembleia deveria conter. De facto, a contestação fora o ponto que mais marcara esses debates. Era o que tinha impulsionado o debate e que o marcara ao longo das várias sessões. Por sua vez, fora também a conclusão desse mesmo debate: as pessoas não queriam o projeto da Estamo para a Colina de Santana, não queriam nem precisavam de mais especulação imobiliária; as pessoas queriam e precisavam de cuidados de saúde.-----

----- Havia um conjunto de coisas que precisavam de ser evidenciadas para perceberem o que deveria ser o documento final que sairia da Assembleia Municipal, e para perceberem as justas razões que levavam a tão ampla contestação e rejeição do projeto da Estamo:-----

----- Para arranjar receitas para reduzir o défice, o Governo de José Sócrates vendera os hospitais da Colina de Santana à Estamo, empresa do próprio Estado;-----

----- O Ministério da Saúde dizia que esses hospitais tinham grandes despesas de manutenção, sendo preciso construir um novo hospital. No entanto, não se reduzira dívida nenhuma pois a Estamo tivera que pedir um empréstimo para comprar os hospitais. Por outras palavras, o dinheiro entrava por um lado e saía pelo outro. Com a agravante de ainda se ter que pagar juros;-----

----- Também o Ministério da Saúde, que se queixava dos custos de manutenção, passara a ter mais encargos, pois a esses custos juntava-se o valor das rendas que tinha que pagar à Estamo (6 milhões de euros por ano);-----

----- O novo hospital, uma parceria público privada (PPP), teria um custo de 600 milhões de euros e o Estado teria um encargo anual de 30 milhões de euros. Ou seja, o Estado queria encerrar hospitais por causa da despesa, mas queria construir um equipamento onde iria pagar uma renda muito superior;-----

----- Era completamente falso que o Hospital Oriental de Lisboa viesse alguma vez a substituir os hospitais da Colina de Santana, até porque seria uma unidade de médias dimensões que nunca substituiria a oferta de cuidados existentes. O número de camas seria reduzido e serviria essencialmente a população da zona oriental da cidade e zonas próximas; -----

----- Nunca foram apresentados estudos que mostrassem que a opção de substituir os hospitais da Colina de Santana pelo novo hospital era a melhor. Aliás, nem sequer que era necessária. -----

----- Até aí, nada de novo. Tudo isso fora denunciado e reafirmado ao longo dos debates. -----

----- Era precisamente isso que «Os Verdes» consideravam que deveria estar refletido na proposta da Assembleia Municipal. Não podiam esquecer que a 5ª sessão do debate temático sobre a Colina de Santana, que decorreria no dia 11 de março, era dedicada às “Conclusões e propostas a submeter à Assembleia Municipal”. E nessa sessão mais uma vez o que ouviram foi contestação e rejeição do encerramento dos hospitais. -----

----- Considerava que depois de tudo o que se ouvira nos debates a CML e a AML não podiam, de forma alguma, defraudar os cidadãos que vieram manifestar a sua opinião e dar a conhecer as suas necessidades. -----

----- Dessa forma, o PEV concordava com alguns pontos do documento apresentado pela Mesa, mas não se revia noutros. -----

----- O PEV defendia que o projeto estava errado desde o início e, por isso mesmo, considerava que, em primeira instância, devia ser feita uma reversão para o Estado dos hospitais vendidos à ESTAMO e os processos de licenciamento em curso na Câmara Municipal deviam ser encerrados. A partir daí, todos os pontos da Proposta nº4/AM/2014 que não previam essas situações ou que considerassem a possibilidade de desativação dos hospitais, não mereceriam a concordância. -----

----- Havia outras questões relacionadas com a necessidade de preservação do património, da identidade, da valorização da Colina de Santana, que teriam obviamente o acordo. -----

----- O PEV considerava também que deveriam ser disponibilizados para consulta pública os estudos que estavam na base das decisões anunciadas pelo Governo sobre essa matéria, além de ser feito um levantamento das necessidades das populações e das melhorias que deveriam ser feitas nas instalações existentes, assim como de outros equipamentos de saúde que pudessem vir a ser instalados, uma vez que fora notória a falta de cuidados primários e continuados na zona em questão, principalmente tendo em conta as características da população (envelhecida, empobrecida, com doenças crónicas e com dificuldades de mobilidade), devendo haver um reforço no sentido de colmatar essas carências. -----

----- O PEV rejeitava, como já deixara expresso noutras ocasiões, qualquer outro interesse que não fosse a saúde, a qualidade de vida e os direitos das populações. Sabia, à partida, que não seria fácil construir uma decisão conjunta onde as diferentes forças políticas e os cidadãos se pudessem rever. Contudo, considerava que o texto da

proposta apresentada pela Mesa ficava aquém do que se passara nos debates e que poderia ter ido mais longe em defesa da Colina de Santana e da população. -----

----- Assim, e em coerência com os direitos dos lisboetas e com o direito à saúde consagrado na Constituição da República Portuguesa, apenas poderia estar de acordo com os pontos da proposta da Mesa que não representassem um prejuízo para as pessoas e para a cidade ou que iam no sentido duma intervenção que contribuísse para a reabilitação urbana das unidades de saúde da Colina de Santana. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** disse que o processo que agora se encerrava era um momento único da democracia e da participação na cidade. Diria até que era um marco na forma como se tomavam decisões e na forma como discutiam e pensavam a Cidade de Lisboa, não só pela participação, pela afluência, pelos contributos dados nesse processo, mas também porque se tinha debruçado sobre a, possivelmente, maior operação de especulação imobiliária preparada em Lisboa nos últimos anos. A Colina de Santana tinha dezasseis hectares, era o coração de Lisboa entre duas das suas grandes avenidas e estavam prestes a ser aprovados pedidos de informação prévia para vários loteamentos que iriam valorizar de forma especulativa grandes partes do território do centro de Lisboa. -----

----- A forte participação tinha demonstrado que havia vários erros no processo. Por um lado a ausência de discussão pública sobre o que se estava a preparar e sobretudo a falta de transparência do processo. Tinha havido um processo de consulta pública em julho do ano anterior, num momento em que se estava a decidir a suspensão, mas nunca tinha sido conhecido o que resultara desse processo de consulta pública. Havia vários pareceres dos serviços desfavoráveis a esses processos de loteamento e tinha sido anunciado várias vezes na altura e durante os debates que os pedidos de informação prévia estariam suspensos, figura que não existia, porque eram aprovados ou reprovados. Não se conhecia esse efeito de suspensão, essa ordem transmitida pelo Executivo para suspensão. -----

----- O processo tinha sido muito participado, com muitos contributos, não só na Assembleia Municipal, mas muitas e muitos cidadãos de Lisboa escreveram artigos, textos, contributos, entregaram as suas ideias e discutiram o que deveria ser a Colina de Santana. -----

----- Encerrados os quatro meses intensos de discussão, estava na altura de tomar decisões, de deliberar o que resultava do debate sobre a Colina de Santana. Havia uma tentativa da Mesa para que houvesse um relatório que juntasse algum consenso, percebia-se que assim fosse para que tivesse mais força, para que a recomendação tivesse mais impacto. Havia um primeiro texto que servira de base à discussão e o BE concordara com a maior parte desse texto. Aliás, a proposta que se apresentava de deliberação era feita sobre essa base e o BE concordava que na sua maioria teria as ideias fundamentais do debate. -----

----- Era sobre ela que se tinha trabalhado, acrescentando aquilo que se considerava fundamental do que resultara da discussão. Ao nível da saúde, naturalmente que o BE não poderia defender outra coisa, que tinha de haver uma manutenção dos serviços de saúde prestados na Colina de Santana. O Hospital de Todos os Santos não podia ser o

argumento para o encerramento de todas as unidades de saúde na Colina de Santana e era desadequado que a população daquela zona da cidade deixasse de ter cuidados de saúde a que tinha acesso. -----

----- Ao nível do património e da cultura, o BE defendia uma preservação do património. Defendia a criação de um museu nacional da História da Medicina nalgum dos equipamentos existentes na Colina de Santana e tinha avançado com a proposta de um museu dedicado à psiquiatria e à arte de doentes. -----

----- Ao nível da habitação, o BE não podia aceitar que a Colina de Santana fosse um gueto onde só alguns teriam acesso, na lógica da rentabilidade máxima para aqueles empreendimentos não poderia ser aplicada. Concretizara-se a percentagem de 25% de habitação a custos acessíveis, habitação social, para que aquela zona da cidade pudesse ser desfrutada e habitada por todos os que não tinham tanta capacidade económica para viver no centro da cidade.-----

----- Ao nível do planeamento urbano, avançara-se com uma proposta dividida em quatro fases: a proposta central da Mesa da Assembleia Municipal centrava-se sobretudo o Programa de Ação Territorial. O BE antecipara essa última fase do PAT, chamando-lhe um planeamento participativo, um mimetismo do Orçamento Participativo onde de uma forma horizontal, participada, todos os cidadãos que moravam ou trabalhavam na Colina, ou que se interessavam pelo património da Colina, pelos serviços que lá eram prestados, pudessem ter uma palavra. Portanto, seria em assembleias, seria em contributos pela internet, era possível juntar massa crítica e vozes para pensar o futuro da Colina de Santana; -----

----- Depois um concurso de ideias, que permitisse a quem com mais facilidade trabalhava na área do urbanismo apresentasse as suas ideias para aqueles espaços, estudantes de arquitetura, ateliers de arquitetura com mais ou menos experiência, poderiam apresentá-las. Esses contributos podiam ser concretizados num plano de urbanização da Colina e depois em planos de pormenor para cada um dos espaços que estavam na operação de loteamento. Só com esses instrumentos de gestão territorial se podia garantir por um lado a participação e, por outro, que havia um vínculo sério sobre a atribuição de usos daquela zona da cidade, concordante com o Programa de Ação Territorial, mas havendo essa discussão e esses contributos prévios. O PAT iria contratualizar e concretizar o que fosse discutido anteriormente e dessa forma o BE estaria de acordo.-----

----- Para terminar, queria falar sobre o que era a divergência fundamental com as outras propostas que estavam em cima da mesa. Recordavam-se todos que tinha sido criado o ciclo de debates por iniciativa da Mesa da Assembleia, e muito bem, porque estavam em cima da mesa pedidos de informação prévia sobre loteamentos na Colina de Santana. Não se escolhera a Colina de Santana por acharem que era um território de Lisboa onde queriam que os lisboetas dessem ideias sobre o que se devia lá fazer. Escolhera-se a Colina de Santana porque estava eminente uma decisão sobre loteamentos na Colina de Santana. -----

----- Se era esse o centro do debate, se era isso que tinha motivado a existência da participação e dessa forma diferente de fazer democracia e decisão na cidade,

perguntou como poderia estar ausente da deliberação final, como poderia não ser o primeiro ponto de uma deliberação sobre esse tema falar dos pedidos de informação prévia. -----

----- Disse que no primeiro ensaio da Mesa da Assembleia Municipal, e muito bem, estava que se deliberasse para haver um parecer desfavorável sobre os pedidos de informação prévia das operações de loteamento na Colina de Santana. Não podia ser de outra forma. Tinham-se ouvido contributos de várias naturezas, mas todos tinham uma base comum, de que os loteamentos não podiam avançar de maneira nenhuma. Retirar isso da deliberação final era até insultuoso para a Assembleia Municipal, de desrespeito para com quem se tinha disponibilizado a participar nos debates. -----

----- O BE não podia aceitar que uma deliberação final não transmitisse o que tinha sido o cerne do debate sobre a Colina de Santana. Não podia ser de outra forma e por isso era o primeiro ponto da deliberação, transmitir um parecer desfavorável sobre os pedidos de informação prévia das operações de loteamento.-----

----- Compreendia que o PS e o PSD se tivessem unido para que a proposta da Mesa da Assembleia fosse retirada, aquilo que era fundamental deixara de estar. O BE compreendia mas não aceitava e, portanto, avançava com a sua proposta, que se distinguiu no fundamental nessa questão de transmitir que eram desfavoráveis àquela operação de loteamento. Isso era tão importante que se fossem ao site da Câmara, ao separador do urbanismo, onde estava a Colina de Santana e as operações de loteamento, estava lá escrito que “a discussão dos pedidos de informação prévia será reiniciada após as conclusões que resultem do debate temático sobre a Colina de Santana promovido na Assembleia Municipal de Lisboa.”-----

----- Não havia suspensão nenhuma. Em cima da secretária do Senhor Presidente ou do Senhor Arquiteto Manuel Salgado estavam os dossiers que diziam “Operações de Loteamento na Colina de Santana”, a aguardar um parecer. Se tinham promovido a discussão e um debate tão intenso, sendo para si consensual que eram desfavoráveis àquelas operações de loteamento, para além das ideias que depois surgiram. Não era bem consensual, porque o Senhor Arquiteto Manuel Salgado defendera de forma bastante efusiva essas operações de loteamento na primeira apresentação que fizera e os representantes da ESTAMO também o fizeram, os representantes do Governo também. -----

----- Disse que não havia forma de falar do debate e de deliberar sobre o debate sem falar no central, nos pedidos de informação prévia das operações de loteamento. Dirigindo-se ao Senhor Presidente e ao Senhor Arquiteto Manuel Salgado, indicando-os como responsáveis por esse processo, disse que em democracia havia vitórias e derrotas, vencidos e vencedores. A operação de loteamento tinha sido derrotada e, portanto, era uma derrota do Executivo. Havendo derrotados também havia vencedores e os vencedores eram os lisboetas e a Cidade de Lisboa.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)** disse que o CDS se revia na grande maioria dos pontos apresentados na proposta da Mesa da Assembleia. Essa proposta, como todos sabiam, resultava de um amplo debate realizado na Assembleia Municipal, surgindo com o contributo de diversas forças

políticas, bem como pelos contributos resultantes da audição do público nos cinco debates promovidos. Para o CDS isso representava um exemplo de exercício democrático que deveria ser recordado e dado como exemplo para futuras discussões na Assembleia. -----

----- Gostaria de salientar alguns pontos essenciais da proposta onde o CDS se revia. Em primeiro lugar considerava que a proposta aumentava o compromisso de fiscalização, quer por parte da Assembleia, quer por parte de todos os cidadãos de Lisboa;-----

----- Em segundo lugar, o CDS considerava essencial recorrer a instrumentos de intervenção local para acompanhar as problemáticas e dar resposta de forma eficiente, quer pelo Programa de Ação Territorial que era proposto, quer pelo Gabinete da Colina de Santana. Relembrou que o CDS considerava necessária e urgente a reabilitação da Colina de Santana, mas era precisa prudência para criar e melhorar a qualidade de vida dos lisboetas, não deixando cair essa oportunidade por falta de planeamento e acompanhamento. -----

----- Como já tinha dito inúmeras vezes, a Colina estava envelhecida, debilitada e abandonada. Era com essa problemática que se deparavam e que era dever agir. Sem acompanhamento e estudos próprios era impossível planear em condições e o CDS considerava que deveria haver um compromisso por parte da Câmara Municipal de revisão das cartas de equipamentos sempre que as alterações da Colina apresentassem novas necessidades.-----

----- A proposta já previa que essa revisão fosse promovida, mas o CDS entendia que tal representava um compromisso que podia não ser suficiente. -----

----- Gostaria que o Executivo assumisse também essa preocupação e a entendesse como dever. Com as novas necessidades era preciso reforçar as unidades propostas e garantir que mais nenhum hospital seria desativado até que os serviços se encontrassem totalmente assegurados, fosse pelo novo hospital, fosse pelas unidades de menor dimensão mas de ação local e especializada. -----

----- O CDS acreditava que esse projeto representava uma oportunidade de reabilitação da Colina e que não se podia resumir ao debate dos hospitais, porque a Colina era muito mais do que isso. Considerava que a proposta da Mesa salvaguardava as principais preocupações enunciadas ao longo dos debates. Se essas recomendações fossem ouvidas, o projeto poderia ser uma verdadeira oportunidade de reabilitação integrada, atraindo mais famílias, mais comércio e com mais qualidade de vida. Por isso reafirmava que o CDS votaria favoravelmente a proposta.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)** disse que o MPT tinha que felicitar a Mesa pelo trabalho feito. Na globalidade estava de acordo com a proposta, exceto no que dizia respeito à parte da saúde. O MPT, como já afirmara, era de qualquer maneira contra o fecho dos hospitais, que era pura especulação imobiliária numa cidade que não precisava de novas construções, que tinha tantos fogos vazios e tantos para recuperar. Que se gastasse esse dinheiro na recuperação desses fogos e que copiassem o que de bom se via lá fora, já que tinham tanto a mania de copiar as coisas. Nas grandes capitais da Europa, os hospitais que funcionavam em



edifícios antigos continuavam a funcionar. Construir novas grandes unidades hospitalares estava posto de parte e podiam ver o exemplo de Santa Maria, que nunca funcionara completamente. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cristina Begonha (PS)** disse que o PS queria em primeiro lugar destacar os valiosos contributos que a sociedade civil e todos os participantes acrescentaram ao debate, incluindo as várias forças políticas. Todos eles tinham sido tidos em conta para o indispensável debate sobre a saúde na Cidade de Lisboa. -----

----- A saúde, que era para o PS um direito inalienável e o seu acesso uma prioridade pública de todas as esferas de governação, incluindo o governo da cidade. Era essa a matriz que orientara as propostas políticas do PS, uma matriz também orientadora da proposta em deliberação. -----

----- O PS reconhecia a importância histórica da zona da Colina de santana como centro de investigação e cuidados de saúde sem paralelo na cidade e cuja memória era consensual preservar, mas adaptando-se à necessidade de oferecer à população os melhores cuidados de saúde que o progresso permitia e que, manifestamente, algumas das unidades hospitalares da Colina já desativadas não tinham capacidade de garantir. -

----- Urgia na Assembleia Municipal comprometer os órgãos municipais a algumas diligências e exigências junto do Ministério da Saúde, garantindo que nenhum hospital encerraria sem o novo Hospital de Todos os Santos, anunciado em 2006, estar em funcionamento pleno. Exigir a divulgação do plano do Ministério da Saúde para a reorganização da rede hospitalar da Cidade de Lisboa, sem o qual a Câmara e os lisboetas não poderiam participar na construção do novo modelo e conhecer os desígnios dos cuidados de saúde em Lisboa. -----

----- Disse que o PS defendia ainda a instalação de unidades de saúde ao serviço das Freguesias da Colina, na área dos cuidados primários e continuados, como necessidades que tinham sido já identificadas também pelo Ministério. O PS queria assegurar que a reorganização da rede hospitalar da Cidade de Lisboa fosse orientada para continuar a proporcionar os cuidados de saúde primários, continuados, comunitários aos cidadãos, tendo em conta as necessidades de saúde e sociais da população. -----

----- Nesse sentido, o PS subscrevia totalmente as propostas em deliberação, da rápida concretização da unidade de saúde familiar do Martim Moniz, assim como salvaguardar a existência de uma unidade de cuidados continuados e de cuidados paliativos num dos equipamentos hospitalares a desativar. -----

----- O PS também se associava à criação de um *cluster* da saúde na Colina, com a integração de uma unidade especializada de geriatria, querendo destacar a importância de aprofundar a vocação da Colina como colina do conhecimento, valorizando os laboratórios e centros de investigação em consonância com a estratégia “Lisboa 2020” e a candidatura tão relevante para a cidade de um polo do Institute of Technology centrado nas ciências da saúde e do envelhecimento ativo. -----

----- Trabalhar com a Colina de Santana em conjunto com as universidades, destacando o papel da Universidade Nova de Lisboa, incentivar mais unidades de

investigação para além da Faculdade de Ciências Médicas era essencial para tornar a Colina também na colina do conhecimento. -----

----- O PS tinha orientado as suas propostas no sentido de garantir que os melhores cuidados atualmente prestados à população não eram alienados, procurando garantir que o direito público do cidadão em ter os melhores cuidados de saúde presidia, ao contrário do que fora dito por algumas bancadas, a qualquer interesse político. Para o PS, esses direitos inalienáveis eram uma prioridade e tinha proposto soluções para que a reconversão das unidades hospitalares e transferência de cuidados de saúde para o novo hospital se procedessem no melhor interesse dos cidadãos, sem nunca negligenciar a importância do fator de proximidade dos cuidados de saúde. -----

----- Terminou realçando o contributo da Assembleia Municipal em debater a cidade e a saúde da cidade, o esforço de consenso feito pela Mesa, o diálogo aberto com todas as forças políticas, destacando que o PS continuava disponível para debater esse tema, que não se esgotava no imediato, e para debater a cidade, fazendo da Assembleia Municipal uma verdadeira casa da cidadania, como era seu desígnio.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** disse que tinham ali chegado bem avisados de que o debate estava armadilhado, porque se discutia consequências antes de ter decidido se mantinham ou não os hospitais nos sítios onde estavam. Assim chegados, resultara que a proposta da Mesa era uma manta de retalhos e era relativamente incongruente no ponto da saúde. Essa incongruência realçava quando o próprio PS remetia para esse ponto de saúde alguns desejos, algumas necessidades de informação que ainda não tinha, a participação da própria ARS, que estava ausente. -----

----- Queria dizer que iriam discutir e decidir sobre os hospitais sem estarem devidamente informados e sem saber as consequências da decisão. Ficava para depois, discutiriam depois, tomariam decisões depois. -----

----- Diziam que queriam juntar um departamento de cuidados continuados, de cuidados primários, na cerca, mas a pergunta era na cerca de quê.-----

----- Tudo isso eram propostas em qua falhava o compromisso claro de haver uma hierarquização de propostas, um algoritmo de decisão correto. Ficava tudo em aberto. - Não se sabia qual era o plano que a ARS tinha para a Cidade de Lisboa. -----

----- O PCP sempre defendera que a Cidade de Lisboa não era “barriga de aluguer” de terceiros e que devia ser discutida, mas não tinha sido discutido e por isso mais uma vez iam “encanar a perna à rã”. Seria um insucesso esse debate, que era um desapontamento para aqueles que tinham claramente a ideia que, num algoritmo de decisão, a primeira a tomar era que não mexessem nos hospitais, deixando-os estar como estavam.-----

----- A proposta do PCP apresentava claramente que não era só deixá-los como estavam, era potenciar a própria capacidade instalada, rejeitar o desmantelamento das equipas profissionais, reforçar os recursos humanos. Como Deputado e Médico, sentia que tinham estado a “chover no molhado” e que essa questão fundamental da saúde não perpassara nem pela inteligência, nem pelo sentir da generalidade dos Senhores

Deputados Municipais, que ficaram longe de acompanhar a realidade do sentimento manifestado pelos munícipes de uma forma clara e aberta. -----

----- Assim, estando numa decisão dessas, em que as questões ficavam todas baralhadas, a questão da saúde não teria uma saída airosa. Ficava para as calendas a ideia de um hospital oriental que havia de resolver, mas se resolvesse seria à custa de encerramentos de nove unidades hospitalares centrais. Poderiam depois compor uma unidade de saúde familiar, um centro para cuidados continuados, até geriátricos, até para medicinas alternativas, mas era tudo conversa fiada. No essencial, já os hospitais estavam entregues, já o seu património estava delapidado. Enfim, já se perdera e por isso entendia que a proposta da Mesa não era adequada, sequencial, que pusesse umas decisões dependentes das outras numa hierarquia adequada. -----

----- O PCP tinha a sua proposta e propunha manter os hospitais como estavam, começando depois então a discutir o que fazer à Colina de Santana, que era mais do que os hospitais e que por acaso eram os hospitais que melhor estavam cuidados na Colina de Santana. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simoneta Luz Afonso (PS)** disse que com a desativação em discussão, concluída ou em curso, decidida pelo Governo, dos hospitais Miguel Bombarda, Capuchos, Desterro, Santa Marta e São José, e com o esvaziamento da sua função última, restava um território de dezasseis hectares entre a Avenida da Liberdade e a Avenida Almirante Reis, com amplas zonas verdes, memórias das cercas dos antigos conventos. Um conjunto de edifícios, alguns construídos de raiz entre os séculos XIX/XX para hospitais, ou serviços hospitalares, outros, adaptados dos velhos conventos a hospitais. São Lázaro desde o século XIV, São José substituíra Todos os Santos em 1759, Rilhafoles/Miguel Bombarda em 1848, Desterro em 1857, Estefânia em 1877, Santa Marta em 1903, Capuchos em 1928 e dois edifícios classificados, o Panóptico e os Banhos de Dona Maria II, ainda um conjunto de instituições ligadas à investigação científica na área da saúde e ainda ativas: o Instituto de Medicina Legal, fundado em 1879, o Instituto Gama Pinto em 1889, o Instituto Câmara Pestana em 1892 e a Escola de Medicina do Campo de Santana criada em 1911, atualmente Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa. -----

----- Havia ainda várias zonas residenciais, Bairros de Santana, Tourel, Andaluz, São Bernardino, Santa Bárbara, Bemposta e São Lázaro, a necessitar de urgente intervenção social, patrimonial e cultural, constituindo-se atualmente como manchas de pobreza. -----

----- Esse território precioso no centro da cidade, entre o Vale Verde e o Vale de Arroios, resistira à malha pombalina e ao traçado oitocentista de Ressano Garcia, quer devido às suas características topográficas, quer à sua estrutura patrimonial e fundiária de antigos conventos, conferindo-lhe esse isolamento um ambiente e uma vivência muito especiais, cuja memória era preciso saber preservar. -----

----- Se pensassem na primeira instituição do século XIV dedicada à saúde, o Lazareto, tinham aí inscritos sete séculos de História da Saúde, da Cidade de Lisboa e do País. Com o seu património imaterial e material, os edifícios hospitalares e

religiosos, o património azulejar, os arquivos, o mobiliário, os equipamentos médicos, os instrumentos cirúrgicos, os modelos com fins pedagógicos, a coleção de arte outsider, os trabalhos dos doentes do Hospital Miguel Bombarda, o arquivo fotográfico dos doentes, que permitiam traçar a evolução da ciência médica e das tecnologias aplicadas, a evolução da saúde dos cidadãos, das epidemias, da proveniência dos doentes, da sua localização na Cidade de Lisboa ou no País, das mezinhas, dos medicamentos, da esperança de vida, dos usos e costumes, da evolução da família, da natalidade e mortalidade, dos cuidados assistenciais, dos rituais de vida e de morte, da religiosidade. Enfim, um sem número de memórias que esse território guardava e que urgia catalogar, identificar, estudar e divulgar.-----

----- Disse que era de tudo aquilo e do seu futuro sustentável e integrado na malha da cidade que se tratava. Tínhamos de ter em consideração antes de intervir na Colina de Santana que se constituía como um património estruturante no futuro da cidade e não impeditivo do desenvolvimento aquilo que a UNESCO definia como uma paisagem urbana histórica.-----

----- O projeto em curso no antigo hospital do desterro promovido pela Câmara Municipal de Lisboa, era um bom exemplo do método de intervenção no território com aquelas características que exigia equipas pluridisciplinares que conhecendo melhor o passado pudessem ter ideias sustentáveis para o futuro.-----

----- Da avaliação e da monitorização daquela intervenção e suas importantes conclusões, surgiram, certamente, novas ideias para a revitalização daquele importante património móvel, imóvel e imaterial, conferindo-lhe uma terceira vida que deveria conjugar os objetivos da preservação com o do desenvolvimento económico e social. Porém, naquelas situações não havia receitas, pelo que não tinha receitas. Tratava-se, apenas, de uma questão de bom senso. -----

----- Pediu a todos que participassem ativamente para preservar aquilo que tinha de ser preservado, resgatando a memória daquele importante território para a cidade e para os cidadãos, criando não só instrumentos para a sua conservação, conhecimento e fruição pública, como para a sua indispensável sustentabilidade futura num projeto integrado em que as memórias, as vivências e os testemunhos do passado potenciavam o futuro do lugar através do seu desenvolvimento. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que saudava a Assembleia Municipal por aquela iniciativa da promoção do debate público sobre a Colina de Santana. Era importante que as intervenções urbanísticas fossem devidamente debatidas, informadas, ponderadas, para que pudessem ser tomadas as decisões com maior riqueza de informação possível. -----

----- Disse que nos termos do que constava na proposta de deliberação, a Câmara teria em conta o vasto acervo de informação recolhida pela Assembleia Municipal na elaboração do plano de ação territorial, na definição dos objetivos que submeteria á apreciação daquela Assembleia Municipal, e em função do qual apreciaria as intervenções urbanísticas previstas. -----

----- Referiu que gostaria de situar os termos daquela discussão, lembrado que a mesma não era nova, e teve origem numa velha ambição da cidade de Lisboa de ser

dotada de um novo hospital, o Hospital de Todos os Santos. Uma ambição que, desde logo, teve expressão no Plano Diretor Municipal, de 1994, uma ambição que teve tradição concretizada nas negociações desenvolvidas entre o município e o Ministério da Saúde, no momento anterior ao seu mandato, e que tinham dado origem a duas deliberações da Câmara e da Assembleia Municipal, quer em 2007, quer em 2010. Em 2007, a deliberação em que aquela Assembleia tinha aprovado por unanimidade e nos termos do qual foi autorizado a venda ao Ministério da Saúde do terreno para a construção do novo hospital, Hospital de Todos os Santos, que se disse: *“a rede de hospitais públicos está organizada na Cidade de Lisboa por zonas, sendo que os da zona central, Hospitais de São José, Capuchos, Desterro e Curry Cabral se encontram muito degradados e sem condições de expansão e de consequente prestação de serviços de forma eficiente, o que se consegue com menores custos financeiros e sociais através da respetiva concentração numa unidade moderna edificada com respeito de normas técnicas e adequadas às exigidas pelas várias valências que possibilite.”* Era pois, clara e antiga a posição do município, foi aprovada em Câmara, e por unanimidade naquela Assembleia Municipal, no dia dezoito de dezembro de 2007. A Assembleia Municipal teve, aliás, a oportunidade de voltar a reapreciar o tema visto que tinha sido necessário desafetar do domínio público uma parcela complementar necessária à execução do projeto apresentado e desenvolvido pelo Ministério da Saúde. Foi, então, objeto de apreciação, naquela Assembleia, em vinte e quatro de abril de 2010, tendo merecido a abstenção dos deputados do PPM, e os votos favoráveis de todos os Senhores Deputados do PPD/PSD, PCP, Independentes, CDS-PP, BE, MPT, PEV e, naturalmente, do PS. -----  
----- Era por isso, conhecida e antiga a posição daquela Assembleia Municipal. A Cidade de Lisboa necessitava de uma nova unidade hospitalar moderna que substituísse os velhos hospitais que se localizavam na Colina de Santana. -----  
----- Sublinhou que era essencial garantir que com a substituição daqueles hospitais não se verificasse o que se tinha verificado no passado, que nenhuma unidade hospitalar encerrasse sem que a nova estivesse em funcionamento, não podiam voltar a ter no centro de Lisboa o Estado a abandonar terrenos que ficavam sem destino, sem definição de uso e aguardar sabia-se lá o quê. O que tinha acontecido com o Hospital de Arroios e o que ainda acontecia com o Hospital do Desterro, não podia voltar a acontecer na Colina de Santana. -----  
----- Afirmou que era extremamente importante o trabalho que desenvolviam desde 2007, exigindo ao Estado que, beneficiando do facto de sem haver um único proprietário, que fosse possível haver um tratamento conjunto de todo aquele espaço de forma que não estivessem a tratar de operações urbanísticas isoladas, mas que pudessem fazer uma avaliação do conjunto de uma zona que era da maior importância estratégica para o futuro da Cidade de Lisboa. O facto de o Estado ser o único proprietário daqueles terrenos através de uma empresa pública como era a ESTAMO, e permitir haver um estudo do conjunto para todas aquelas intervenções, melhorava e criava condições para conseguirem ter uma intervenção urbanística de melhor qualidade comparativamente com aquela que teriam se o Estado tivesse, como era

habitual, alienado parcialmente prédio a prédio aos vários interesses privados que existiam na cidade. -----

----- O referido tratamento conjunto, felizmente, tinha sido confiado num estudo a uma excelente arquiteta, que fez um exercício de intervenção sobre o conjunto daqueles espaços. A Câmara só se pronunciaria sobre os estudos, projetos que tinham dado origem às informações prévias, quando tivesse concluído o processo de avaliação que, como tinha sido deliberado em reunião de Câmara, em julho do ano anterior, se encontrava suspenso até à conclusão do debate público e até à conclusão e elaboração do plano de ação territorial.-----

----- Os estudos deviam garantir vários objetivos em simultâneo. Certamente, que a preservação do vasto património histórico, material e imaterial existente na zona. Mas tinha também que permitir o potencial de desenvolvimento da Colina de Santana como a colina do conhecimento e da inovação, valorizando aquela mais-valia extraordinária para aquela zona e que era a existência de centros de inovação de ponta e centros de estudos das doenças crónicas que existia nos antigos edifícios do Instituto Câmara Pestana, permitindo localizar um conjunto de investigadores nacionais e internacionais numa área da maior importância para o envelhecimento ativo e saudável e que tinha já assentido o desenvolvimento de novas empresas nas áreas das biotecnologias o que era bastante importante em toda aquela zona. E também, a necessidade de compatibilizar a habitação com os equipamentos, e recordava os objetivos estratégicos que constavam da Carta Estratégica do Plano Diretor Municipal e da Estratégia do município, “Europa 2020”. Três objetivos muito simples; mais pessoas, melhores empresas mais cidade, disse. -----

----- A Cidade de Lisboa tinha esgotado ao fim de alguns milhares de anos os processos de crescimento por expansão no seu território, mas que finalmente estava consolidado com os limites da construção na freguesia dos Parque das Nações e com o limite da construção na zona norte da Cidade de Lisboa, na Alta de Lisboa. Os crescimentos da cidade, salvo novos crescimentos territoriais, desenvolver-se-iam por regeneração e densificação do centro urbano. Era esse o novo paradigma de desenvolvimento urbano que aquela crise convidava, pois finalmente libertar-se-iam daquele modelo de crescimento que se tinha desenvolvido desde 1977, até ao início da crise, assente num crédito fácil que tinha financiado a construção nova e refinanciou através do financiamento para compra de casa própria e que definia um novo paradigma assente na reabilitação, na reocupação e no arrendamento, como forma normal de desenvolvimento da cidade. -----

----- Afirmou que aquele estudo compatibilizava uma regeneração e uma requalificação do espaço público com novas acessibilidades.-----

----- Referiu que não via aquele processo como só uma oportunidade para a Colina de Santana pois aquela era uma oportunidade que transcendia a Colina de Santana. Os termos do protocolo do trabalho que vinham a desenvolver conjuntamente com o Estado, através da ESTAMO, permitiram resolver em diversas zonas da cidade problemas que importava resolver e que tinham sido definidas, quer pela Câmara, quer pela Assembleia Municipal, prioritários defender. -----

----- Chamou a atenção para o facto de que foi graças àquele protocolo que tinham obtido por contrapartida, tendo impedido a urbanização do antigo complexo desportivo da Lapa, o qual tinha sido confiado para processo de urbanização e que tinha sido resgatado e integrado no património municipal e que ia acolher serviços como a Hemeroteca, e constituindo-se como única zona de equipamentos desportivos em toda aquela zona da cidade. -----

----- Do mesmo modo, foi assim que tinha sido possível obter o Convento do Desagrado que tinha sido desativado como colégio da Casa Pia, que se encontrava para alienação por parte do Estado, e que permitiu estruturar e criar condições para que fosse possível ter uma escola com qualidade e jardins-de-infância de qualidade que iriam servir vastas zonas das freguesias de S. Vicente e de Santa Maria Maior. -----

----- Mas era, também, uma grande oportunidade de criar uma nova centralidade da zona oriental da Cidade de Lisboa. E achava extraordinário a facilidade com que se dizia que estavam a tirar o hospital do centro da cidade para o colocar na periferia da cidade, quando o maior desafio de uma cidade inclusiva, uma cidade de todos e uma cidade que queria igualdade em todo o seu território, era unificar a zona oriental da Cidade de Lisboa ao centro da cidade e localizar aí funções de centralidade não só local, como regional, como nacional, porque Chelas era Marvila e por isso, queriam que estivesse ali, naquela zona, uma nova centralidade para o conjunto da Cidade de Lisboa. -----

----- Sublinhou que o debate não tinha começado, nem acabava, naquele dia. Mas havia uma coisa fundamental que era a coerência. A cidade não se construía num mandato, a cidade construía-se em mandatos sucessivos e por aquela razão não podiam dizer agora o contrário daquilo que tinham dito há quatro anos atrás, para que dali a quatro anos fossem dizer algo diferente do que ali tinham dito naquele dia. -----

----- Naquele curto mandato de dez anos, a Assembleia Municipal de Lisboa era a terceira vez que era chamada a intervir e a pronunciar-se sobre aquela matéria. Das duas vezes anteriores, tinha-se pronunciado claramente, e por unanimidade, pela importância da construção daquele novo hospital e que, o mesmo, substituísse os existentes. -----

----- Disse que aquilo que tinham de garantir era que nenhum hospital encerrasse sem que o novo existisse e que o espaço onde deixavam de funcionar os antigos hospitais, permitam garantir e preservar a memória do que importava preservar, valorizando o património existente, desenvolver funções futuras e, sobretudo, não criar novas zonas de abandono no centro da Cidade pois tal empobreceria coletivamente. -----

----- Agradeceu à Senhora Presidente. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que iria passar à fase das votações. A Mesa tinha distribuído pelos Grupos Municipais o guião das votações, e iria recordar a todos como as votações iriam decorrer. Numa primeira parte, iria colocar à votação na generalidade as três propostas de generalidade que tinham dado entrada na Mesa, era a proposta da própria Mesa com os contributos que ali foram salientados, era a proposta do PCP e era a proposta do BE. ----- ~

----- Seguidamente, entrariam na votação na especialidade da proposta que fosse aprovada na generalidade, naturalmente. Chamava atenção que na especialidade havia alterações propostas pelo PAN, sendo que o PAN tinha feito um requerimento a pedir votação de alguns dos seus pontos de forma nominal. Pelo que iriam colocar à votação o requerimento do PAN antes de votarem as propostas de especialidade do PAN, era naquele momento que seria votado o requerimento de votação nominal uma vez que o mesmo só incidia sobre as propostas do PAN, e naquela altura veriam se a Assembleia aceitava a votação nominal, ou não, e veriam como conduziram a votação. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, interpellando a Mesa, disse que era para fazer um complemento ao guião das votações. Solicitava a votação ponto por ponto no ponto 1.7 e 4.1. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, interpellando a Mesa, disse que o PCP tinha enviado, no dia anterior, um ofício à Mesa, à Senhora Presidente, a pedir a votação em separado do documento da Mesa, dos pontos 1.1, 1.2, 1.3, 2.1, 2.5, 5.5 e 5.9. Disse que a Senhora Presidente não tinha enunciado aquele pedido do PCP. -----

----- **A Senhora Presidente** pediu desculpa por aquele seu lapso e que voltava a repetir. Iam votar na generalidade as três propostas. Se na generalidade resultasse uma proposta aprovada, aquela proposta seria submetida à votação na especialidade. E na especialidade iriam votar em conjunto todos os pontos para os quais não tinham sido pedidos votação em separado, e depois votariam um a um aqueles pontos para os quais tinham sido pedidas votações em separado e que eram os pontos apresentados pelo PCP e pelo PEV, que teriam de ser votados separadamente, um a um. No fim daquelas votações, iriam votar um requerimento do PAN para votação nominal das suas propostas de aditamento. Não todas, mas três delas. Depois da votação daquele requerimento, e conforme o resultado daquela votação, colocariam á votação as propostas de aditamento do PAN. -----

----- Disse que antes de começar as votações gostaria de informar que a Mesa tinha tomado medidas no sentido de dar conhecimento às duas Assembleias de Freguesia envolvidas na Colina de Santana, Assembleia de Freguesia de Santo António e Assembleia de Freguesia de Arroios, da existência daquele debate, da disponibilidade da Mesa em sessão de Assembleia de Freguesia, se assim o entendessem, irem apresentar o que ali iam votar, e convidavam as Assembleias de Freguesia a estarem presentes e a manifestarem-se se assim o entendessem. -----

----- Passando às votações, e como sabiam, em termos regimentais, a Mesa não tinha tempo para apresentar propostas, apenas tinha de conduzir os trabalhos e, por isso, a proposta da Mesa não podia ser apresentada porque não estava prevista aquela possibilidade. -----

----- Lembra, apenas, para quem estava a seguir o debate que aquela proposta incidia em seis pontos, um ponto relacionado com o urbanismo, reabilitação urbana e desenvolvimento local, o ponto relacionado com cuidados de saúde e que era o ponto 2, o ponto relacionado com património, cultura e ciência, que era o ponto 3, um ponto relacionado com a segurança do edificado, que era o ponto 4, e o ponto relacionado



com equipamentos, acessibilidades e espaço público, que era o ponto 5, e no ponto final a criação de uma comissão de acompanhamento e de debates através da sexta comissão.-----

----- Disse que em cada um dos capítulos anteriores havia várias propostas, e iriam votar primeiro na generalidade o documento, e quando chegassem à especialidade logo se veriam as diferenças das propostas.-----

----- A proposta do PCP já ali tinha sido apresentada pelo partido e tinha uma questão prévia que era a questão do processo de reversão dos terrenos que era defendido naquela proposta e, também, a rejeição do encerramento das atuais unidades de saúde ativas na Colina de Santana.-----

----- A proposta do BE também tinha sido ali apresentada, a diferença substancial tinha a ver com desejar o encerramento imediato com o parecer desfavorável dos pedidos de informação prévia, desenvolver uma série de questões sobre planeamento participativo, fazer aprovar um plano de urbanização e um plano de pormenor e mais umas quantas questões. -----

----- Assim, a mesa iria colocar em primeiro lugar à votação, na generalidade, a **Proposta nº 4/AM/2014**, apresentada pela Mesa, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PNPN e 6IND, os votos contra do PCP, PEV e PAN e a abstenção do BE. -----

----- Seguidamente, a Mesa iria colocar à votação, na generalidade, a proposta apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com os votos contra do PS, PSD, CDS-PP, 6IND e PNPN, os votos a favor do PCP e do PEV e as abstenções do BE, PAN e MPT. -----

----- Seguidamente, a Mesa iria colocar à votação, na generalidade, a proposta apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com os votos contra do PS, PSD, PCP, CDS-PP, 6IND, MPT, PEV e PNPN, os votos a favor do BE e a abstenção do PAN. -----

----- Iriam, então passar à votação na especialidade, onde iriam ser colocados à votação o conjunto dos pontos da proposta da Mesa, à exceção dos seguintes; ponto 1.1, 1.2, 1.3, 1.7, 2.1, 2.5, 4.1, 5.5 e 5.9. Disse que as propostas estavam on-line no site “debater Lisboa”, onde poderiam, posteriormente, ver o resultado das propostas.---

----- Iriam ser colocados os pontos em bloco à votação, à exceção dos referidos anteriormente, e que já estavam assinalados para a ata, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PNPN, PEV e 6IND, e as abstenções do BE e do PAN. -----

----- Seguidamente, iriam votar, um a um, os pontos solicitados para votação em separado, e a Mesa iria identificar o que cada um diria respeito para que todos entendessem o seguimento dos trabalhos.-----

----- Assim, foi colocado à votação o ponto 1.1 da proposta da Mesa, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PNPN, PAN e 6IND, os votos contra do PCP e do PEV e a abstenção do BE. -----

----- Foi colocado à votação o ponto 1.2 da proposta da Mesa, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, MPT, PNP, PAN e 6IND, e os votos contra do PCP e do PEV. -----

----- Foi colocado à votação o ponto 1.3 da proposta da Mesa, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PNP, PAN e 6IND, os votos contra do PCP e do PEV e a abstenção do BE. -----

----- Foi colocado à votação o ponto 1.7 da proposta da Mesa, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, MPT, PNP, PAN e 6IND, e os votos contra do PCP e do PEV. -----

----- Foi colocado à votação o ponto 2.1 da proposta da Mesa, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PNP e 6IND, e os votos contra do PCP, PAN, MPT e do PEV. -----

----- Foi colocado à votação o ponto 2.5 da proposta da Mesa, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PNP, PAN e 6IND, os votos contra do PCP e do PEV, e as abstenções do BE e do MPT. -----

----- Foi colocado à votação o ponto 4.1 da proposta da Mesa, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com os votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, MPT, PNP, PAN e 6IND, e o voto contra do PEV. -----

----- Foi colocado à votação o ponto 5.5 da proposta da Mesa, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, MPT, PNP, PEV e 6IND, os votos contra do PCP e a abstenção do PAN. -----

----- Foi colocado à votação o ponto 5.9 da proposta da Mesa, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PNP, PEV e 6IND, os votos contra do PCP e as abstenções do BE e do PAN. -----

----- A **Senhora Presidente** comunicou que a Proposta nº 4/AM/2014 estava aprovada na generalidade e na especialidade. -----

----- Seguidamente colocou à votação o **Requerimento do PAN**, solicitando que os pontos números 1.0, 2.00 e 2.01 fossem sujeitos a votação nominal, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar**, com votos contra do PS, do PSD, do PCP, do CDS-PP, do PEV e do PNP e com as abstenções do MPT e os votos a favor do BE, do PAN e de 6 IND. -----

----- A **Senhora Presidente** informou que, a pedido do proponente, as Propostas do PAN iriam ser votadas uma a uma. -----

----- **Proposta de aditamento, ponto 1.0 - Reverter para propriedade do Estado a área do Hospital de S. José e do Hospital Miguel Bombarda.** -----

----- **VOTAÇÃO** - o **Ponto nº 1.0** foi **rejeitado** com os votos contra do PS, do PSD, do PCP, do CDS-PP, de 6 IND e do PNP e com as abstenções do MPT, do BE e do PEV e o voto a favor do PAN. -----

----- **Proposta de aditamento, ponto 2.00 - Manter num dos hospitais da Colina um serviço de urgências de 1ª linha em São José, a par com Santa Maria e o futuro Hospital de Todos os Santos. A esta urgência deverão juntar-se as especialidades dos serviços de urgência vindos das outras unidades de Lisboa Central, nomeadamente Santa Marta, Capuchos e Curry Cabral. Que possa**

**servir normalmente as populações de Lisboa Central, e ser o garante de sobrevivência acrescida em caso de um sismo da magnitude de 1755. Para que isto e outros aspetos adiante referidos sejam possíveis deverão ser feitas obras de adequação com o pressuposto base de que as atuais unidades de internamento de S.José passarão para Marvila, deixando espaço para um novo programa de Arquitetura.** -----

----- **VOTAÇÃO** – O **Ponto 2.00** foi **rejeitado** com os votos contra do PS, do PSD, do PCP, do CDS-PP, do PEV, do MPT, do PNP e de 6 IND, com a abstenção do BE e o voto a favor do PAN. -----

----- **Proposta de aditamento, ponto 2.01 - Para além disso, como parte dos fundos associados ao empreendimento imobiliário, promover a remodelação dos centros de saúde existentes na Colina de Santana, passando a incluir Consultas Externas das várias especialidades até agora existentes no Hospital de S. José, para os residentes na zona central de Lisboa.** -----

----- **VOTAÇÃO** – o **ponto 2.01** foi **rejeitado** com os votos contra do PS, do PSD, do PCP, do BE, do CDS-PP, do PEV, do MPT, do PNP e de 6 IND e o voto a favor do PAN. -----

----- **Proposta de aditamento, ponto 3.18 - Que seja preservada na Colina de Santana o Hospital Miguel Bombarda para constituir o novo Museu da Saúde e onde esteja inserido o Museu de Arte Outsider.** -----

----- **VOTAÇÃO** – o **ponto 3.18** foi **rejeitado** com os votos contra do PS, do PSD, do PNP e de 6 IND, com as abstenções do BE e do CDS-PP e os votos a favor do PCP, do PEV, do MPT e do PAN. -----

----- **Proposta de aditamento, ponto 3.19 - Se for escolhida outra unidade que não S. José para garantir um serviço de urgência de 1ª linha como atrás descrito, este Museu deverá ser instalado em S. José.** -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, numa interpelação à mesa, disse que aquela proposta se encontrava prejudicada relativamente ao resultado da votação anterior. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** disse que se se admitisse que o documento da Mesa previa, de forma implícita, o fecho de todos os hospitais, então a proposta estava prejudicada, pelo contrário, se não se admitisse aquilo, então não estaria prejudicada. -----

----- A **Senhora Presidente** considerou que, na dúvida, era melhor votar aquela proposta. -----

----- **VOTAÇÃO** – o **ponto 3.19** foi **rejeitado** com os votos contra do PS, do PSD, do PCP, do PEV, do MPT, do PNP e de 6 IND, com as abstenções do BE e do CDS-PP e o voto a favor do PAN. -----

----- A **Senhora Presidente** informou que tinham chegado ao fim das votações e perguntou se existiam declarações de voto. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** registou que, e em conformidade com a apresentação do BE, o ponto fulcral daquele Debate tinha sido o pronunciamento relativamente aos pedidos de informação prévia sobre as operações

de loteamento e lamentou que a versão final da deliberação não tivesse tido a referência tal como o BE a defendia e que por isso se iriam abster na versão final. -----

----- Disse que por aquilo que tinham percebido da intervenção final do Senhor Presidente, aquele Executivo iria continuar a insistir naqueles pedidos de informação prévia e desejou que a Cidade se mobilizasse, mais uma vez, contra os mesmos. -----

----- Entregou posteriormente a seguinte Declaração de Voto. -----

----- *“Na 11ª Sessão Extraordinária da AML para apreciar a deliberação a tomar sobre a Colina de Santana, o Bloco de Esquerda, através de uma proposta de deliberação baseada na primeira versão emanada da Mesa da Assembleia, procurou não só, ir ao encontro do esforço de convergência encetada pela Mesa, bem como refletir a discussão havida nas quatro sessões temáticas anteriores, traduzindo a mesma com propostas que respondessem aos desafios colocados pelo debate. Salvo algumas exceções, as várias propostas globais bem como as ocorridas em sede especialidade, eram genericamente convergentes com o espírito e a letra do debate promovido ao longo das quatro sessões temáticas sobre a Colina de Santana, pelo que a nossa votação correspondeu ao facto de, nas propostas apresentadas, só a nossa procurou responder claramente ao que abaixo segue: -----*

----- *1.O encerramento com parecer desfavorável dos 4 pedidos de informação prévia (PIP) pendentes relativos aos Hospitais de S. José, Miguel Bombarda, Capuchos e Santa Marta, apresentados pela Estamo, atendendo à necessidade de recorrer a outras figuras de planeamento territorial e estratégico mais apropriadas para o território abrangido pela Colina de Santana, e a sua reformulação e nova apreciação em função do futuro PAT; -----*

----- *2. O ciclo de debates promovido pela AML demonstrou uma elevada participação e interesse dos cidadãos no planeamento da cidade. A Assembleia Municipal recomenda igualmente à Câmara que desenvolva e implemente um Planeamento Participativo para a Colina de Santana que garanta o envolvimento dos moradores, comerciantes, trabalhadores e todos os interessados no futuro deste território do centro de Lisboa. Este Planeamento Participativo deve seguir a lógica do Orçamento Participativo, promovendo discussões em assembleia e contributos pela internet. Do processo de discussão deverão resultar propostas que serão avaliadas tecnicamente e posteriormente submetidas a votação. -----*

----- *3. O lançamento de Concurso de Ideias que permita recolher contributos para elaboração de Plano de Urbanização da Colina de Santana e Planos de Pormenor para as áreas correspondentes aos PIP agora reprovados; -----*

----- *4. O lançamento de um Programa de Acção Territorial (PAT), instrumento estratégico e calendarizado previsto no artigo 121º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (alterado e republicado em anexo ao Decreto-lei 46/2009, de 20 de Fevereiro), que será dirigido pela Câmara, com envolvimento das principais entidades externas relevantes no território da Colina de Santana, designadamente Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Cultura, Universidades e Estamo e que concretize e programe as intervenções definidas em PU e PP. -----*

- 5. O incentivo ao surgimento de uma percentagem de 25% de habitação acessível nas áreas a construir ou reabilitar na Colina, ao abrigo do Regulamento Municipal que aprova o Sistema de Incentivos a Operações Urbanísticas com Interesse Municipal e com base no quadro estratégico subjacente ao Programa de Acção Territorial e às Operações de Reabilitação Sistemáticas acima referidos. -----
- 6. Garantir que mais nenhum hospital da Colina de Santana feche sem estar construído e a funcionar o prometido novo Hospital de Todos os Santos, em Marvila, assegurando-se simultaneamente a instalação, em alguns dos edifícios, de unidades de saúde ao serviço da população daquelas freguesias, de acordo com as necessidades identificadas pelo MS/ARS Lisboa, nomeadamente na área dos cuidados primários e continuados. -----
- 7. Garantir a salvaguarda de todo o espólio e património cultural móvel inerente à história hospitalar da Colina de Santana, através da criação de um museu ou centro de interpretação ou núcleo museológico a alojar num dos espaços das antigas cercas dos hospitais, sob responsabilidade conjunta das áreas governamentais da Saúde e da Cultura e em colaboração com os polos universitários e de investigação presentes ou previstos para a Colina. A criação de um Museu Nacional da História da Medicina, através de uma parceria que agregue as pequenas unidades museológicas espalhadas por Lisboa e pelo país. A criação deste novo museu, de grande potencial turístico, enriqueceria a rede nacional de museus, e contribuiria para a preservação de um património fundamental para o conhecimento e divulgação da história e da sociedade portuguesa. -----
- 8. Estudar a possibilidade de criação e instalação de um museu dedicado à Psiquiatria, e arte de doentes e outsider, justificado pela diferenciação de componentes patrimoniais e pela necessidade de combater o estigma da doença mental junto do grande público, segundo a tendência museológica internacional, a ser instalado no Hospital Miguel Bombarda, com o actual núcleo museológico a ser desenvolvido e alargado no edifício principal, balneário e pavilhão de segurança; -----
- 9. Os ganhos de mobilidade a garantir por meios mecânicos (elevadores) serão exigíveis aos principais promotores imobiliários na área; -----
- 10. O espaço das antigas cercas dos hospitais deverá ser incorporado em espaço público municipal, salvaguardando-as, assim como o seu sistema de vistas. ----
- 11. Com vista a suportar a participação dos cidadãos, ao mesmo tempo que é consolidada a transparência dos processos de planeamento, a Assembleia Municipal recomenda à Câmara que implemente uma plataforma online denominada “Lisboa Transparente”. Em devida articulação com o portal “Lisboa Participa”, ou assumindo-se como um desenvolvimento deste último, esta nova plataforma deverá disponibilizar todo o tipo de ferramentas que suportem a transparência de processos estruturantes como o da Colina de Santana (e.g. instrumentos de acompanhamento e monitorização, centro de documentação com toda a informação que suporta a gestão do processo pela Câmara, entre outras funcionalidades). -----
- O Bloco de Esquerda considera que a resolução final aprovada pela AML não reflete o ponto central e de maior destaque em todo o processo de discussão: a

reprovação dos PIP relativos aos loteamentos da colina de Santana. Consideramos também que o recuo por parte da mesa da AML entre a primeira versão da deliberação e a final, que se distinguiam fundamentalmente nesta posição de reprovação dos PIPs, foi o reflexo da posição dos dois maiores partidos representados na AML, PS e PSD, que nesta matéria estavam em acordo: a deliberação final não devia reprovar os PIPs. -----

----- Entendemos que a oposição manifestada nestes debates a estes loteamentos propostos pela ESTAMO devia ter sido refletida no relatório de forma inequívoca. Percebemos que o PS não o queira ter aceite porque constituía o reconhecimento de uma derrota para o executivo municipal. Registamos também as palavras finais do presidente da CML no encerramento deste debate, em que confirmou que prosseguirá com a estratégia fundamental definida anteriormente e refletida naqueles PIP de loteamento. -----

----- A proposta de deliberação do Bloco de Esquerda refletia a tentativa de obtenção de consenso, partindo da primeira versão apresentada pela mesa da AML, sem abdicar de referir o fundamental da discussão e a proposta de garantir um processo participativo na definição do futuro do território designado por colina de Santana.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- É para confirmar que nós votámos contra, de forma global e parcelar, quanto a algumas propostas do PS, principalmente de sensibilidade do PS, de propor pequenas alterações, ou pequenas intromissões num processo em que os hospitais seriam completamente desocupados. Propor pequenas intervenções, nós achamos que contrária, além de que é inviável, estar a introduzir num projeto global pequenas alterações de saúde que não resolvem a situação e criam até maiores dificuldades ao processo global e não resolvem a situação. -----

----- Por isso nós votámos contra, por serem medidas avulso, retirando a possibilidade de uma decisão global, que é manter-se. -----

----- Também votámos porque, ao contrário do que o Senhor Presidente disse, independente da decisão anterior, hoje não estamos perante a construção de um hospital novo que tenha as 1400 camas que hoje tem. Foi dito pelo Presidente da ARS, aqui presente, que seria um hospital de média dimensão para servir a população oriental e a população periférica. Portanto, mudando as circunstâncias, mudando o compromisso do passado, nós devemos adaptar-nos a estas circunstâncias.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Neves (PS)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O Partido Socialista pretende apenas clarificar alguns pontos da sua votação. -

----- A primeira é que poderá parecer divergente com aquilo que foi dito ali em cima, mas não é, a nossa votação relativamente a algumas propostas do PAN. O que nós defendemos é que o Plano de Ação Territorial defina onde e como será feita de facto a evolução da Colina de Santana e que não fique já por completo demarcado onde,

como, aqui nesta Assembleia Municipal, em termos de exigência de localização de vários equipamentos. -----

----- Não temos nada contra, nem a preservação de património, nem tão pouco contra a instalação de museus ou de instalações museológicas. Não queremos é que ela fique já definida sem ser definida em concreto com todos os outros assuntos em presença. --

----- Relativamente aos pedidos de informação prévia, nós já tínhamos referido isto antes e queríamos só deixar isto claro mais uma vez. Os pedidos de informação prévia são uma parte de tudo isto. A sua suspensão na verdade não altera a formulação final do PAT, uma vez que esta Assembleia acabou de deliberar que eles se devem conformar com o plano. Aguardemos por esse plano, que é precisamente o espaço onde cabem todas as propostas que aqui foram elencadas, tanto pelos partidos, como pelo público. -----

----- O que nós desejamos é ver verdadeiramente a Colina de Santana a participar connosco na organização desse PAT. -----

----- A discussão não se esgota hoje, mas também gostaríamos de dizer que uma das coisas que para nós foi essencial nesta votação foi algo que tem de ficar definido de base, a garantia que os cuidados de saúde dos lisboetas são mantidos pelo menos como estão até à construção do novo hospital. O direito á saúde é um direito essencial, assim como o direito à habitação e assim como o direito à mobilidade. -----

----- Era muito importante que dentro de uma formulação deste género, depois desta Assembleia Municipal ter já definido que se vai realizar um PAT, que alguns partidos tivessem o cuidado de pensar que pelo menos isso também deviam mostrar aos lisboetas, que também defendem.” -----

----- A **Senhora Presidente** informou que iria fazer uma Declaração de Voto para que a sua opinião, relativamente àquela matéria, também fosse conhecida. Lembrou que enquanto Presidente daquela Assembleia não lhe era permitido intervir em defesa ou em contraponto às intervenções dos Senhores Deputados. -----

----- Entregou posteriormente a seguinte Declaração de Voto. -----

----- “Votei a favor da Proposta 4/AM/2014, subscrita pela mesa, por ela ser resultante de um esforço de convergência entre os grupos municipais, os Deputados independentes e a Câmara no sentido de encontrar para cada ponto as formulações que maior consenso recolhessem. -----

----- Votei contra a proposta de deliberação apresentada pelo PCP por ser contraditória com o texto alcançado por consenso, nomeadamente quanto ao futuro dos hospitais da Colina de Santana. Enquanto a proposta 4/AM/2014, sobre esta matéria, determina “garantir que mais nenhum hospital da Colina de Santana fecha sem estar construído e a funcionar o prometido novo Hospital de Todos os Santos, em Marvila (...)”, a proposta do PCP rejeita definitivamente qualquer encerramento e propõe a reversão dos terrenos “à propriedade pública, revogando-se o negócio com a Estamo”, uma intenção de difícil concretização quando 75 Milhões de euros, que correspondem a parte substancial da receita da venda dos terrenos dos hospitais da Colina à Estamo, já foram incorporados no reforço de capital de uma série de entidades públicas do sistema nacional de saúde (Despacho conjunto n.º 22453/2009,

dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, DR, 2.<sup>a</sup> série, N.º 197, 12 de Outubro de 2009) e não podem ser desafectados deste fim sem prejuízo para essas entidades. -----

----- Votei contra a proposta de deliberação apresentada pelo BE, apesar de ela retomar, relativamente aos Pedidos de Informação Prévia (PIP), a redacção inicial proposta pela mesa em 10 de Março. Esta redacção inicial foi posteriormente rejeitada pelo PS, pelo PSD e pelo PNPN. Entre fazer valer a minha opinião pessoal, que era a proposta em 10 de Março, que não teria aprovação na Assembleia, ou procurar um texto alternativo que pudesse ser aprovado, optei pela segunda solução. Ela condiciona fortemente a posição que a CML venha a tomar sobre os PIP apresentados pela Estamo ou quaisquer outros, pois terão sempre de se conformar com os objectivos estratégicos do Programa de Acção Territorial que a proposta 4/AM/2014 estabelece como indispensável. E estes objectivos terão de ser aprovados pela Assembleia, como também se refere na Proposta 4/AM/2014. Fica assim salvaguardada, em minha opinião, a fiscalização pela Assembleia dos actos da Câmara nesta matéria, bem como a prévia apresentação e apreciação pública dos seus objectivos, garantindo a transparência de todo o processo. -----

----- Votei contra as propostas apresentadas pelo PAN porque implicavam uma solução concreta (e apenas essa) de alteração das actuais valências de saúde na Colina de Santana, não cabendo em minha opinião à Assembleia Municipal o redesenho da rede hospitalar de Lisboa. O que nos cabe, e foi isso que ficou vertido na proposta 4/AM/2014, é “exigir a divulgação do plano do Ministério da Saúde para a reorganização da rede hospitalar da cidade de Lisboa (...)” e “assegurar que a reorganização da rede hospitalar da cidade de Lisboa seja feita em articulação com o Plano de Emergência municipal”, o que ficou devidamente aprovado.” -----

----- A **Senhora Presidente** lembrou que iriam ter, no dia seguinte, concluído o relatório das várias sessões, com todas as posições e as contribuições dos vários partidos e o resultado das votações daquele dia. -----

----- Recordou que na sequência da votação daquele dia tinham muito trabalho pela frente. Disse que tinham de constituir uma comissão de acompanhamento para a Colina de Santana; que tinham de exigir à Câmara que apresentasse os Objectivos Estratégicos do PAT; que tinham de aprovar, sempre que fossem apresentados àquela Assembleia, a delimitação das operações de reabilitação urbana sistemática; que tinham de fazer diligências junto do Ministério da Saúde para que fosse conhecido o Plano para a rede hospitalar e para que aquela Assembleia se pudesse pronunciar sobre o mesmo. -----

----- Sublinhou que tinham muito trabalho pela frente e que aquele debate não estava encerrado. Disse que o que estava encerrado era aquele capítulo, o do Debate Temático promovido por aquela Assembleia, mas que não estava, no entanto, encerrado o acompanhamento, por parte daquela Assembleia, relativamente àquilo que se iria passar na Colina de Santana, relativamente às decisões que iriam ser tomadas, aos vários parceiros que iriam intervir e da responsabilidade daquela Assembleia face às transformações que pudessem ocorrer. -----



----- Colocou uma questão aos Senhores Deputados. Disse que eram seis horas menos um quarto e que o segundo ponto daquela Ordem de Trabalhos tinha a ver com Declarações Políticas. Expôs que no entender da mesa iria ser difícil concluir aquela matéria naquele dia e mencionou que tinham o dia oito de abril livre de agendamento. Lembrou que o Regimento da AML permitia o prolongamento, por mais uma reunião, de uma Sessão Extraordinária e sugeriu que as Declarações Políticas, agendadas para aquele dia, transitassem, caso não se verificassem objeções, para o dia oito de abril.----

----- Comunicou aos Deputados ou Grupos Municipais que tinham apresentado Moções que poderiam, caso pretendessem, retificar ou substituir as Moções apresentadas.-----

----- Agradeceu a presença dos Senhores Deputados Municipais e deu por encerrada a reunião.-----

----- Eram dezassete horas e cinquenta minutos.-----

----- Eu \_\_\_\_\_, Chefe de Gabinete, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE-----